



GLOBAL JOURNAL OF HUMAN-SOCIAL SCIENCE: B
GEOGRAPHY, GEO-SCIENCES, ENVIRONMENTAL SCIENCE & DISASTER
MANAGEMENT

Volume 24 Issue 1 Version 1.0 Year 2024

Type: Double Blind Peer Reviewed International Research Journal

Publisher: Global Journals

Online ISSN: 2249-460X & Print ISSN: 0975-587X

Formation, Clashes and Struggles of the Agrarian Extractive and Socio-Environmental Frontiers in the Southwest of Pará

By Gabriel M. Domingues & Sérgio Sauer

Universidade de Brasília

Abstract- This work proposes to investigate the historical process of formation of the territory, the main actors, the adopted strategies and the clashes between the agrarian extractive frontier and the socio-environmental frontier in the Southwest of Pará. To carry out this work, technical materials were analyzed, such as studies, research and surveys, as well as journalistic articles produced about the region of Southwest Paraense in recent years. As a result of the research, it is observed the formation in the region of a mosaic of protected areas, possible thanks to the coalition of socio-environmentalist movements. There was, however, an agroextractive counter-offensive in the region, based on environmental, agrarian and indigenist deregulation and the dismantling of federal inspection bodies that led to an acceleration of the advance of all the fronts that make up the agrarian extractive frontier.

Keywords: amazon, frontier, extractive cycles, socioenvironmentalism, southwest pará.

GJHSS-B Classification: FOR Code: 1205



Strictly as per the compliance and regulations of:



Formation, Clashes and Struggles of the Agrarian Extractive and Socio-Environmental Frontiers in the Southwest of Pará

Formação, Embates e Lutas das Fronteiras Extrativa Agrária e Socioambiental no Sudoeste Paraense

Gabriel M. Domingues ^α & Sérgio Sauer ^σ

Resumo- Este trabalho se propõe a resgatar o processo histórico de formação do território, os principais atores, as estratégias adotadas e os embates entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense. Para realização deste trabalho foram analisados materiais técnicos, tais como estudos, pesquisas e levantamentos, além de matérias jornalísticas produzidas sobre a região do Sudoeste Paraense nos últimos anos. Como resultados da pesquisa, observa-se a formação na região de um mosaico de áreas protegidas, possível graças a coalizão de movimentos socioambientalistas. Observou-se, porém, uma contraofensiva agroextrativa na região, a partir da desregulamentação ambiental, agrária e indigenista e o desmonte dos órgãos de fiscalização federais que ensejaram uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa agrária.

Palavras-chave: *amazônia, fronteira, ciclos extrativos, socioambientalismo, sudoeste paraense.*

Abstract- This work proposes to investigate the historical process of formation of the territory, the main actors, the adopted strategies and the clashes between the agrarian extractive frontier and the socio-environmental frontier in the Southwest of Pará. To carry out this work, technical materials were analyzed, such as studies, research and surveys, as well as journalistic articles produced about the region of Southwest Paraense in recent years. As a result of the research, it is observed the formation in the region of a mosaic of protected areas, possible thanks to the coalition of socio-environmentalist movements. There was, however, an agroextractive counter-offensive in the region, based on environmental, agrarian and indigenist deregulation and the dismantling of federal inspection bodies that led to an acceleration of the advance of all the fronts that make up the agrarian extractive frontier.

Keywords: *amazon, frontier, extractive cycles, socio-environmentalism, southwest pará.*

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho resgata o processo histórico de formação do território, os principais atores, as estratégias adotadas e os embates entre a

Author α: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília.

e-mail: gabrieldominguesea@gmail.com

Author σ: Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Sustentável/ Universidade de Brasília. e-mail: sauer.sergio@gmail.com

fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense. A reflexão utiliza a noção de *fronteira*, uma vez que essa permite abarcar a complexidade de atores, ações e articulações em disputa por um território que, por não estar plenamente estruturado, está sujeito a ser apropriado por diferentes projetos políticos.

O processo histórico de formação do território é promotor de duas concepções distintas de desenvolvimento para a Amazônia brasileira, excludentes entre si e em permanente disputa pelo território. Essas duas concepções se expressam como duas fronteiras, sendo uma extrativa agrária e outra socioambiental.

A fronteira extrativa agrária é formada ao longo do período colonial e avança no sentido de consolidar um modelo de desenvolvimento calcado na concentração de terras, nas desigualdades regionais e na exportação de bens primários. O processo de formação do capitalismo brasileiro reforçou o papel da Amazônia como fronteira agrícola, mineral e energética, à medida que o Estado passou a orientar o processo de integração da região à estrutura econômica do país (Domingues e Sauer, 2021).

Bunker (1984, 1988) explica o subdesenvolvimento da Amazônia a partir da implementação na região de sucessivos modos de extração que, desde o período colonial, impuseram uma dinâmica de exploração intensa do trabalho e da natureza. Tais modos de extração reduziram a capacidade de regeneração dos ecossistemas e impossibilitaram a organização de uma força de trabalho capaz de responder adequadamente às demandas dos novos mercados criados com o advento da sociedade industrial (Bunker, 1984).

A fronteira socioambiental na Amazônia se dá a partir da confluência de três frentes, aqui denominadas de frente ambientalista, indigenista e camponesa. É uma arena política, em processo de disputas e lutas, reunindo um conjunto vasto e diverso de atores, que passam a reivindicar um outro desenvolvimento para a Amazônia. Baseada na defesa da conservação e uso



sustentável da biodiversidade e no reconhecimento e demarcação dos territórios das comunidades indígenas, extrativistas e demais grupos sociais do campo e das florestas, que tradicionalmente habitam os ambientes amazônicos, a fronteira socioambiental está em constante processo de formulações, reivindicações e enfrentamentos (Hecht, 2014), resultando em conquistas territoriais e novos desafios (Sauer e Castro, 2020), incluindo a resistência à grilagem verde e às propostas neoliberais de mitigação e adaptação à mudança do clima (Borras e Franco, 2018).

O artigo está dividido em três partes. Primeiramente será descrito o processo de formação da fronteira extrativa agrária no Sudoeste Paraense, passando pelos sucessivos ciclos extrativos que se abateram sobre a região, desde o período colonial. De outro lado, será descrita a formação da fronteira socioambiental, possibilitada pela coalizão de diferentes atores e projetos político-institucionais, que ensejaram uma certa contenção do avanço da fronteira extrativa agrária na região.

Será analisada, por fim, a nova investida da fronteira extrativa agrária, a partir do recrudescimento do neoliberalismo na última década, que permitiu a criação de um ambiente político-institucional favorável ao desmantelamento dos avanços conquistados na área socioambiental. O Sudoeste Paraense torna-se, então, palco de disputas políticas e territoriais intensas, tornando incerto dizer qual dos modelos de desenvolvimento prevalecerá nessa região de fronteira.

Este trabalho foi realizado a partir da análise de estudos, pesquisas e levantamentos produzidos sobre a região do Sudoeste Paraense nos últimos anos, combinada com a realização de encontros virtuais com integrantes de órgãos governamentais e outras instituições atuantes nos territórios estudados. Tendo sido realizados em caráter exploratório, essas conversas não foram utilizadas diretamente no texto, mas serviram para orientar o levantamento dos dados empíricos acerca da área de estudo.

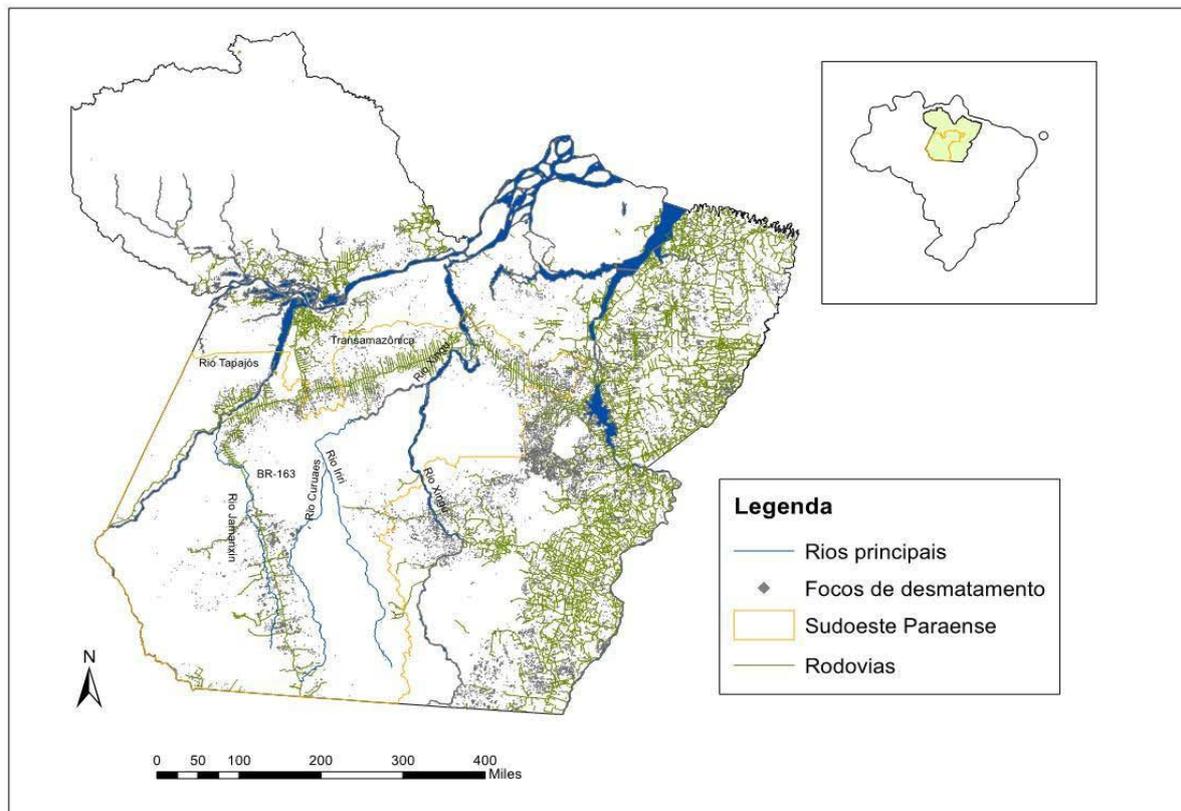
Ao longo de todo o período de realização da pesquisa, foram sendo arquivados artigos e matérias jornalísticas relacionadas ao avanço da fronteira extrativa no Sudoeste Paraense e os seus embates com a fronteira socioambiental. Esse material permitiu a posterior aferição dos fatos relatados durante os encontros virtuais, tendo sido, em parte, citado como referência na construção do texto.

II. OS SUCESSIVOS CICLOS EXTRATIVOS NO SUDOESTE PARAENSE

O Sudoeste Paraense está compreendido entre os vales dos rios Tapajós e Xingu. A região corresponde a uma das seis mesorregiões de planejamento do Estado do Pará, e é composta pelos

municípios de Aveiro, Itaituba, Trairão, Rurópolis, Jacareacanga, Novo Progresso, Altamira, Senador José Porfírio, Anapu, Pacajá, Vitória do Xingu, Brasil Novo, Medicilândia e Uruará (Governo do Pará, 2021).

Sofrendo influência da intersecção das rodovias Cuiabá-Santarém (BR-163) e Transamazônica (BR-230), a região abarca duas das principais frentes de expansão da agropecuária e de pressão sobre o desmatamento e a exploração dos recursos florestais na Amazônia: a frente Cuiabá-Santarém, no eixo da BR-163 e a frente do Iriri, na *Terra do Meio*. Sendo as duas primeiras supridas pelos polos do Norte do Mato Grosso e de Rondônia e a última pelos municípios de São Félix do Xingu e Tucumã (figura 1) (Becker, 2009).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor, a partir de dados do Macro ZEE da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 1: Sudoeste Paraense: frentes de expansão agropecuária e do desmatamento

Desde o período colonial, cada ciclo extrativo que se sucedia no Sudoeste Paraense provocava um conjunto de rupturas sociais, ecológicas e econômicas que criavam as condições necessárias para o estabelecimento do ciclo extrativo seguinte. Desencadeou-se, assim, os padrões de apropriação da natureza e uso da terra que consolidaram a região como uma fronteira extrativa agrária (Domingues e Sauer, 2021).

A dizimação das populações indígenas da várzea do Amazonas, combinada com a política de descimentos e formação de aldeamentos missionários, durante o ciclo extrativo das *drogas do sertão*,¹ favoreceu a posterior formação dos latifúndios e o aliciamento da mão de obra indígena para as frentes agrícolas e pecuárias, durante o período do Diretório², sob a administração do Marquês de Pombal. A

consolidação dos latifúndios favoreceu, por sua vez, as oligarquias agrárias na política estadual de concessão de terras para a formação dos seringais, durante o ciclo da borracha. O despovoamento das áreas de várzea, provocado pelos ciclos extrativos anteriores, ensejou a política migratória e o estabelecimento do sistema de aviação, com condições extremamente aviltantes para os seringueiros.

A exploração de borracha na Amazônia, iniciada na década de 1850 e alavancada a partir de 1870, chega de forma tardia na região do Sudoeste Paraense, dada a dificuldade de transpor os trechos encachoeirados para acessar os altos cursos dos rios Tapajós e Xingu, e em função da forte resistência apresentada pelos povos indígenas, especialmente no Xingu. Foi somente em 1896, durante a expedição do geógrafo francês Henri Coudreau, que foi confirmada a alta densidade de seringueiras no vale do Xingu. Na ocasião, o pesquisador registrou uma população não-indígena de 804 pessoas vivendo às margens do Xingu e 220 às margens do Iriri (ICMBio, 2015b, Taravella, 2008).

Registra-se a chegada dos primeiros seringueiros às margens do Xingu em 1888. Tratava-se de um grupo de vinte e dois nordestinos que, após cruzarem o rio Fresco, encontraram-se com índios Xipaya e Juruna. Esses últimos, atuando como guias

¹ As chamadas *drogas do sertão* eram substâncias aromáticas com supostos efeitos medicinais e mesmo afrodisíacos, e outras que detinham alto valor de mercado para uso das elites europeias, tais como canela, cravo, anil, cacau, raízes, sementes oleaginosas, salsaparrilha, etc. (Becker e Stenner, 2008).

² O Diretório dos Índios é criado em 1757, em um contexto de ampliação o controle do Estado português sobre o território colonial. As aldeias missionárias são transferidas para o controle da administração leiga, transformando-se em vilas e cidades com toponímias portuguesas. Desdobram-se daí uma série de conflitos com as ordens religiosas que resultará na expulsão dos jesuítas da colônia em 1759 (Malheiro et al., 2021).

dos seringueiros, os teriam impedido de penetrar no território Kayapó, situado mais a oeste. Com a confirmação da alta disponibilidade de seringueiras na região, o fluxo de seringueiros no vale do Xingu foi aumentando vertiginosamente a partir do início do século XX. As estradas construídas no trecho da Volta Grande do Xingu permitiram contornar os trechos encachoeirados para o estabelecimento de *colocações* nas regiões do Médio Xingu, Iriri, Riozinho do Anfrísio e Curuá (Taravella, 2008; ICMBio, 2015b).

Com o fim do primeiro ciclo da borracha, as empresas seringalistas de menor porte continuaram funcionando mesmo após a quebra dos patrões, mantendo ativa a economia da borracha na região. Com o advento do segundo ciclo da borracha, durante a Segunda Guerra Mundial, um novo contingente de migrantes nordestinos é atraído para o vale do Xingu para se alistar no trabalho nos seringais, dando novo impulso ao povoamento da região (ICMBio, 2015a).

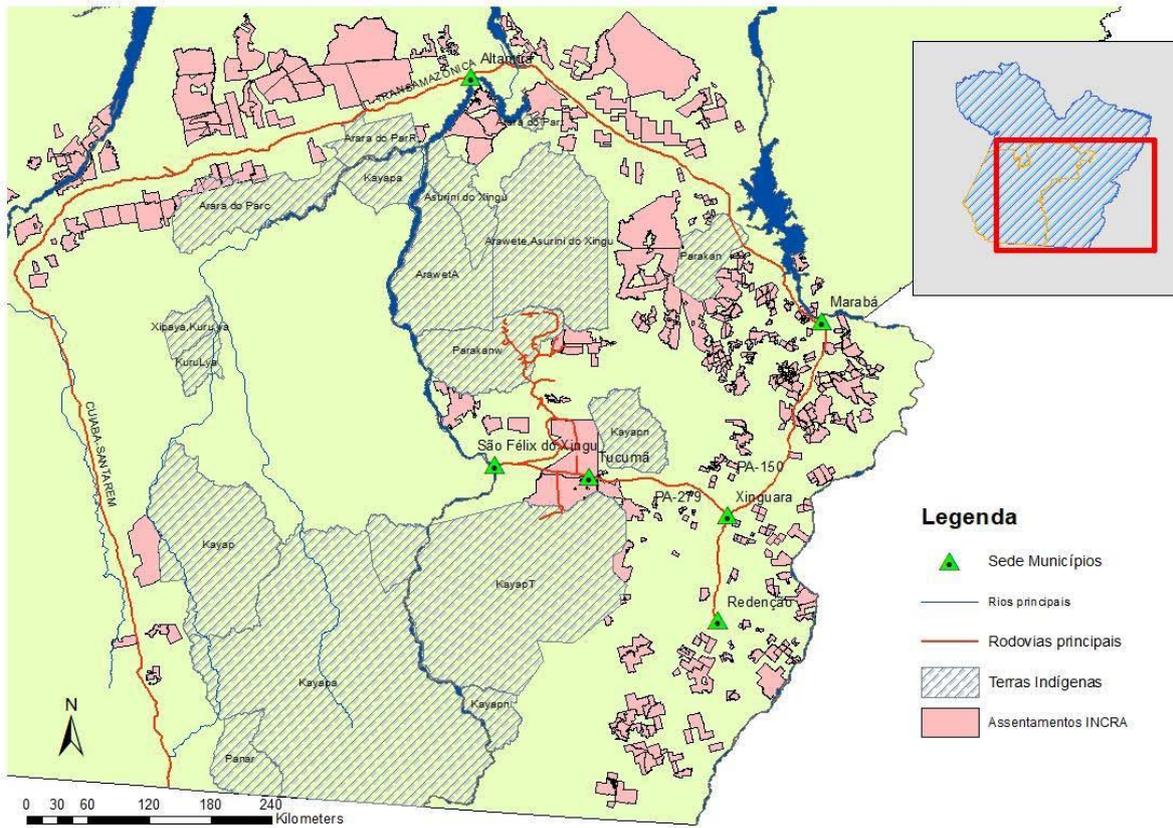
Findada a guerra, com o novo declínio do preço da borracha, os grandes seringalistas foram abandonando as atividades nos seringais. As famílias de seringueiros que haviam se estabelecido nas colocações ao longo do Xingu e seus afluentes mantiveram a coleta do látex até meados da década de 1970, associando-a ao extrativismo da castanha e à agricultura e pesca de subsistência. Entre as décadas de 1950 e 1960 alguns patrões seringalistas passaram a mobilizar as famílias para a caça de animais como ariranhas, lontras, onças e jaguatiricas, cujas peles passariam por uma crescente valorização entre os produtos de exportação (ICMBio, 2010a; ICMBio, 2015a; Villas Bôas, 2012).

No vale do Tapajós, a exploração da borracha se deu em menor escala, dadas as características do solo que não possibilitavam uma ocorrência tão abundante de seringueiras, como as encontradas no Xingu (Hoefle, 2003). Mesmo assim, a região onde hoje está situado município de Itaituba servia como entreposto para trocas comerciais dos produtos que subiam de Santarém e a produção de borracha nos seringais estabelecidos no Alto Tapajós (ICMBio, 2012a). No período da Segunda Guerra Mundial, registra-se o papel do Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e da Missão Franciscana na atração dos índios Munduruku, Kaiabi e Apiaka para a região do rio Cururu, no Alto Tapajós, favorecendo o posterior aliciamento desses índios para o trabalho nos seringais, durante o segundo ciclo da borracha (ICMBio, 2019).

A letargia econômica e a desarticulação social herdadas do ciclo da borracha oportunizaram a caracterização dos vales do Xingu e Tapajós como “vazios demográficos”, propícios à implantação de grandes projetos de infraestrutura pelo Estado, a fim de favorecer agentes privados, ligados ao setor agropecuário. A abertura das rodovias, a partir da

década de 1960, alcança os povos indígenas que haviam se dispersado para as áreas de terra firme, a fim de escapar da escravidão e da morte, durante o período colonial (Bunker, 1988; Oliveira, 2005).

Os conflitos com os indígenas são agravados com a chegada dos migrantes e a implantação dos projetos de assentamento oficiais, que não levaram em conta os aspectos socioecológicos da região. O posterior abandono dos projetos de colonização pelo governo, associado aos incentivos fiscais para o desenvolvimento de projetos agropecuários, favoreceu a eclosão de disputas e conflitos envolvendo colonos, fazendeiros e indígenas, provocando transformações radicais na dinâmica territorial e demográfica da região (Figura 2) (Oliveira, 2005; Torres et al., 2017).



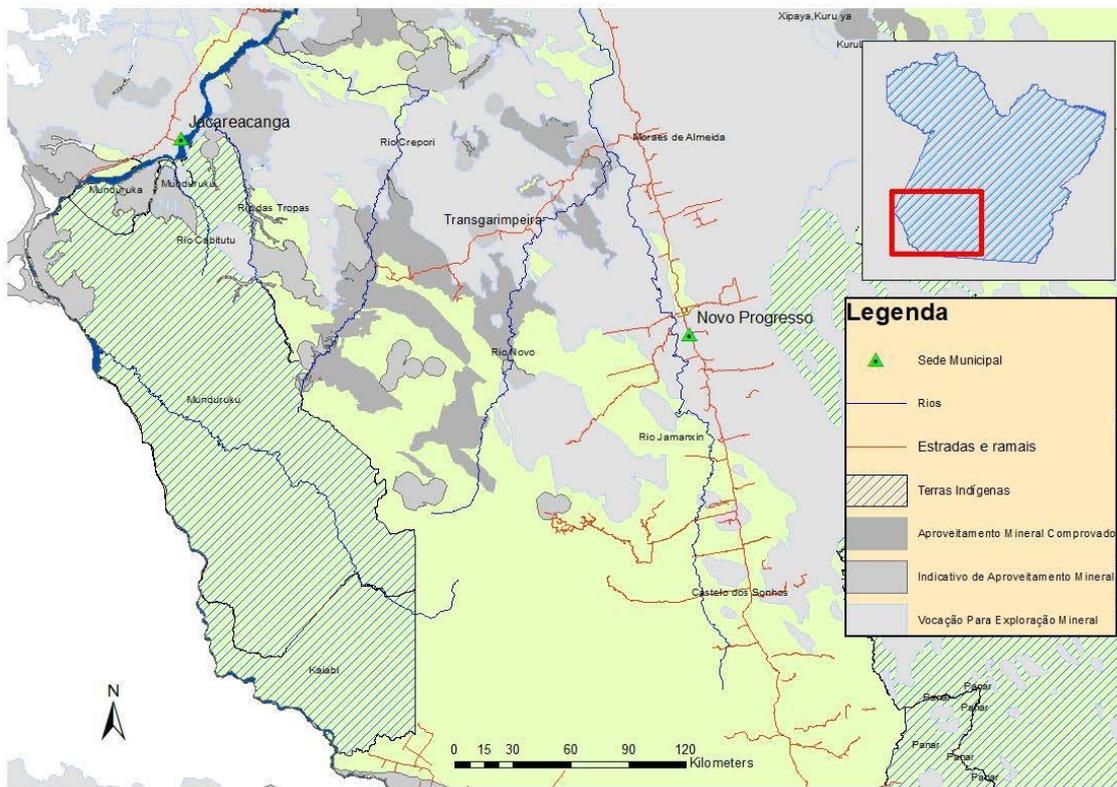
Fonte: elaborado pelo primeiro autor, a partir de dados do MacroZee (MMA, 2010) e INCRA (2020).

Figura 2: Frentes de expansão rodoviária e da colonização, a partir de Marabá

A abertura das rodovias e o apoio insuficiente do Estado aos projetos de assentamento oficiais favoreceram a incursão sobre as jazidas minerais e a formação de um grande contingente de garimpeiros, no Sudoeste Paraense. A atividade garimpeira torna-se uma clara e viável alternativa de renda para aqueles que não conseguiram se estabelecer nos assentamentos do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), assim como para diversos outros aventureiros que chegavam aos milhares na região, com a esperança de melhorar de vida a partir da exploração aurífera. Nesse contexto, muitos fazendeiros tornam-se proprietários de garimpo e muitos colonos convertem-se em garimpeiros (Baía Jr., 2014, Oliveira, 2005).

A Reserva Garimpeira do Tapajós é criada em julho de 1983, com uma área de 28.745 km² e abrangendo áreas do Amazonas e do Pará. No mesmo ano é iniciada a construção da rodovia Transgarimpeira, com um traçado de 200 km no sentido oeste, conectando os garimpos situados ao longo dos afluentes do Tapajós a BR-163, a partir do Distrito de Moraes de Almeida (Figura 3). A Transgarimpeira viria ampliar a capacidade de escoamento do ouro extraído nos municípios de Jacareacanga e Itaituba, que até então se dava exclusivamente por via aérea (ICMBIO, 2012). Nesse período os Mundurucu passaram a se

envolver com mais intensidade na exploração aurífera, estabelecendo garimpos na porção leste do seu território, entre os rios Cabitutu, Kaburuá e Tropas (Figura 3) (ICMBio, 2019).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 3: Expansão da exploração aurífera na bacia do Tapajós

Na bacia do Xingu, é a descoberta da cassiterita em 1976 que provoca um surto de exploração mineral na região. No final da década de 1970, cerca de 14 mil mineiros já tinham se deslocado para tentar a sorte na região de São Félix do Xingu. Diversas pistas de pouso foram abertas e, àquela época, já se observava um tráfego intenso de aeronaves na região, chegando a mais de cinquenta aterrissagens ou decolagens diárias. Em 1979, a empresa Mineração Brasileira de Estanho Ltda. (MIBREL) inicia a extração de cassiterita em uma jazida situada a cerca de cem quilômetros, ao norte de São Félix do Xingu, na localidade que viria a ser conhecida como Vila Taboca. O transporte do material coletado se dava pelo rio Xingu, a partir do Porto Estrela³ (Figura 4) (Taravella, 2008).

Em 1982, a descoberta de uma jazida de ouro nas proximidades de São Félix do Xingu atrai uma caravana de imigrantes que tinham se estabelecido em assentamentos na cidade de Tucumã. No ano seguinte, o prefeito de São Félix do Xingu reúne por conta própria uma equipe de cinquenta trabalhadores para concluir o

trecho final da PA-279, que ligaria o município à rede rodoviária nacional (Taravella, 2008).

³ O Porto Estrela está situado na margem esquerda do Xingu, na altura da estrada que segue para a Vila Taboca, ao norte de São Félix do Xingu (Figura 4).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 4: Terra do Meio: abertura da estrada da Canopus e da Transiriri

O ciclo da extração mineral serviu para abrir novas estradas e ramais e disponibilizar a mão-de-obra que seria aproveitada pelas empresas madeireiras, que começaram a migrar para a região, vindas do Norte do Mato Grosso e do Leste do Pará. A exploração madeireira intensifica a abertura de novas estradas e ramais e abre caminho para o processo de conversão de grandes áreas florestadas em pastagens, o que vem a se tornar o principal mecanismo de apropriação ilegal de terras públicas na região (Torres, 2005; ICMBio, 2010b; Taravella, 2008; ICMBio, 2015a).

Observa-se, então, uma expansão exponencial da pecuária no Sudoeste Paraense entre as décadas de 1980 e 1990. O rebanho bovino salta de pouco mais de 90 mil cabeças na região do Xingu e cerca de 46 mil cabeças na então microrregião do Tapajós (Itaituba e Aveiro), em 1985, para mais de 1,9 milhão na região do Xingu e 538 mil na região Itaituba (Itaituba, Jacareacanga, Aveiro, Rurópolis, Trairão e Novo Progresso) em 2003 (Oliveira, 2005).

Ao sul de Tucumã, o território dos Kayapó é invadido por madeireiros e garimpeiros no início da década de 1980. Onde hoje é a TI Kayapó, foi formado o garimpo Maria Bonita, que chegou a ter mais de 10 mil pessoas (Sousa, 2011). Uma licitação para a exploração de madeira nos territórios Kayapó chegou a ser realizada pela Funai, na gestão do então presidente

Romero Jucá, envolvendo a comunidade Kokraimoro. A exploração madeireira e o garimpo são então disseminados entre as comunidades Kayapó, alcançando a área que corresponde hoje à TI Mekrãgnotire, onde seria possível contar com a BR-163 para escoamento do material extraído (Figura 2) (ICMBio, 2009).

Como a floresta de mogno estava concentrada às margens dos afluentes do Xingu, é ao longo desses rios que são formados os primeiros assentamentos na região sudeste da Terra do Meio. Os pequenos portos construídos nas embocaduras dos rios se tornavam então pontos estratégicos para o transporte da madeira extraída, que era escoada por meio de balsas até São Félix do Xingu (Taravella, 2008).

Após dois ou três anos de intensa exploração madeireira, são esgotados os estoques de mogno nos arredores de São Félix do Xingu, fazendo os madeireiros se deslocarem para o norte, em busca de novas áreas de concentração da madeira. Um dos mais conhecidos pioneiros na região foi Alcídio Fontana, que iniciou a abertura de uma estrada a partir do Xingu, na altura do Porto Estrela. Em 1985, sua equipe encontrou com a equipe da mineradora Canopus, que vinha abrindo a estrada a partir da sede da empresa, nas proximidades do Iriri. Com a união das “forças” foi possível concluir rapidamente o traçado da estrada da

Canopus, ligando o Iriri ao Xingu (Figura 4) (Taravella, 2008).

A partir de então, os grupos madeireiros passam a dividir a região da *Terra do Meio* em *áreas de influência*, cada uma variando entre 150 mil e 500 mil hectares, onde cada grupo estaria autorizado a abrir estradas principais e ramais, coletar madeira, abrir clareiras e implantar pistas de pouso, conforme a disponibilidade de mogno observada ao longo dos afluentes do Xingu e do Iriri. Dessa maneira, a exploração madeireira passa a ser realizada na região a partir da autorização do grupo madeireiro que domina a *área de influência*, sob o risco de uso da violência por parte da equipe de campo designada para garantir o domínio dos grupos sobre as respectivas áreas de extração (Taravella, 2008).

Para viabilizar a exploração madeireira na região do rio Iriri e seus afluentes Novo e Carajari, o grupo Maribel liderou, em meados da década de 1980, a abertura da estrada que ficou conhecida como Transiriri, conectando o Iriri à Transamazônica, no município de Uruará e cortando o território dos Arara, que ali haviam se estabelecido. A Transiriri torna-se então um importante ponto de penetração da atividade madeireira, funcionando como um prolongamento de um dos ramais da Transamazônica (Figura 4) (ICMBio, 2010a).

Com o declínio da exploração do mogno, as *áreas de influência* dos grupos madeireiros foram vendidas ou apropriadas pelos grileiros, tornando-se alvos fáceis para a ação de desmatamento e formação de pastagens, tendo em vista a rede de estradas e ramais, as pistas de pouso e toda a infraestrutura preexistente. Os ramais, outrora abertos ao longo dos afluentes do Xingu e do Iriri para escoamento da madeira, são agora convertidos em estradas ao longo das quais são estabelecidas *linha de fazendas*. Por uma questão logística, as áreas de pastagens formadas passam a estar localizadas onde anteriormente havia a maior ocorrência do mogno explorado pelos madeireiros nas antigas *áreas de influência* (Taravella, 2008).

Inaugura-se o ciclo extrativo da terra com a apropriação e grilagem para fins especulativos, e não tanto pelo interesse na exploração dos recursos nela presentes. Nova onda de expropriações se abate sobre as comunidades ribeirinhas e agricultores familiares, que haviam resistido ao fim do ciclo da borracha e à implementação dos projetos agropecuários na região.

Na esteira desse movimento de *pastoralização* da *Terra do Meio*, os fazendeiros se unem para abrir a *estrada nova*, aproveitando o traçado dos antigos ramais madeireiros. A *estrada nova* abre uma conexão direta do coração da *Terra do Meio* à São Félix do Xingu, permitindo um acesso direto à PA-279. Decorre-

se disso uma valorização das terras situadas nas *linhas de fazenda*, o que impulsiona ainda mais o ciclo de grilagem, desmatamento e formação de pastagens (Taravella, 2008).

Assim como ocorrera nos ciclos extrativos anteriores, o ciclo da grilagem-desmatamento-pastagem é favorecido pela degradação ambiental e pelas rupturas nas diferentes formas de organização social promovidas pelo ciclo extrativo precedente. A ausência de sistemas produtivos capazes de manter a circulação de riquezas na região resultou no empobrecimento contínuo e na dispersão da população local. A ausência de controle do território pelo Estado abriu caminho para que, novamente, a floresta, tratada como vazio demográfico, fosse apropriada por agentes externos. Dessa vez, tal apropriação se deu não com o interesse na exploração dos recursos presentes nela, mas visando a sua conversão em áreas de pastagens, cada vez mais valorizadas.

A *pastoralização* de extensas áreas florestais cria as condições para o advento do novo ciclo extrativo que toma conta do Sudoeste Paraense na esteira do recrudescimento da ordem neoliberal global e do *consenso da commodities*⁴, estabelecido para a América Latina e que se abate sobre a Amazônia. A partir do final dos anos de 1990, se estrutura no Estado do Pará o grande complexo produtivo da soja, ganhando impulso a partir de 2001, com a construção do Porto da Cargill, em Santarém. Associada ao asfaltamento parcial da BR-163 pelo Governo Federal, tal estrutura portuária permitiu o escoamento da produção de soja do Mato Grosso pelo sistema fluvial Tapajós-Amazonas⁵ (Sauer e Martins, 2016).

De forma concomitante, ocorre uma reação de atores diversos, resultando na formação da fronteira socioambiental, que, se opondo à fronteira extrativa agrária, passa limitar o seu avanço no Sudoeste Paraense.

III. A REAÇÃO SOCIOAMBIENTALISTA

A visibilidade alcançada pela Aliança dos Povos da Floresta junto ao movimento ambientalista

⁴ Conforme Svampa (2014), o *Consenso das Commodities* é construído sobre a ideia de que há um acordo — tácito ou explícito — sobre o irrevogável ou irresistível caráter da dinâmica extrativa atual, advinda do crescimento da demanda internacional por produtos primários. Tal consenso serve como uma espécie de barreira que deslegitima a resistência coletiva e cerceia a possibilidade de se pensar em outras noções de desenvolvimento, para além dos projetos extrativos voltados para a exportação.

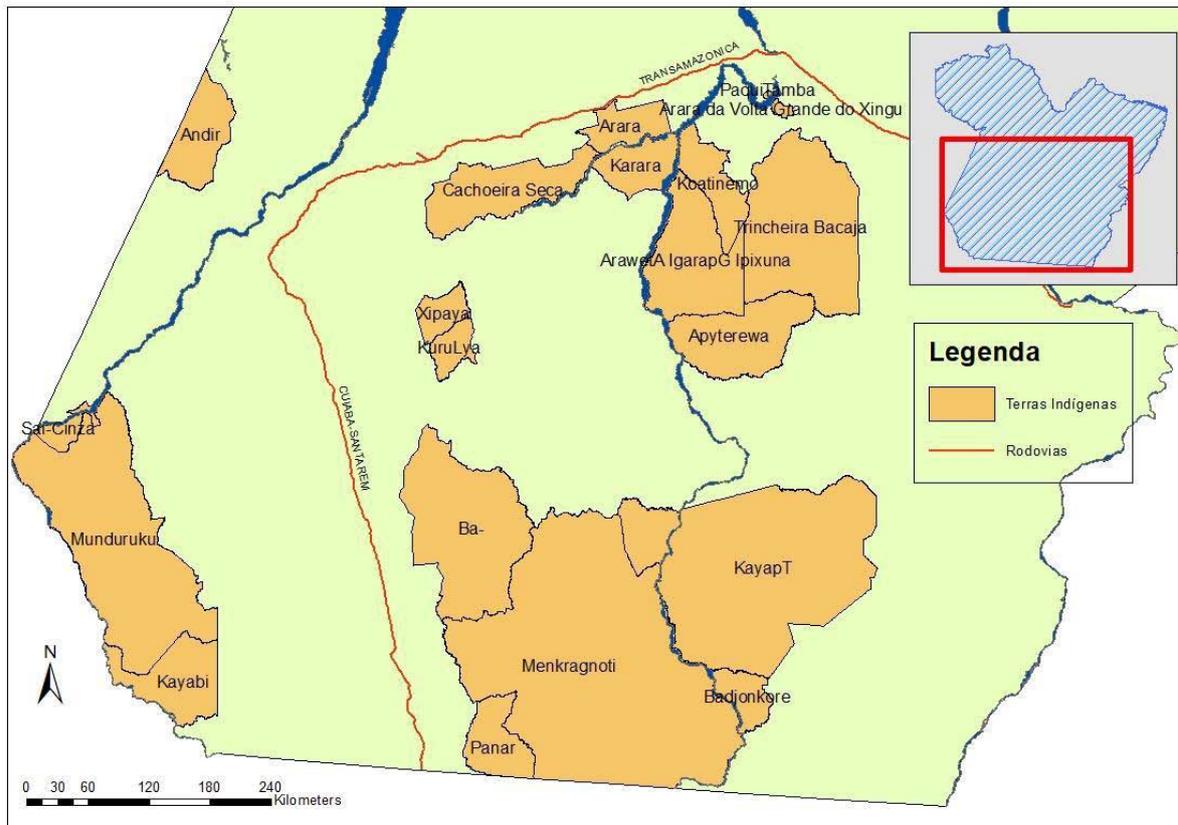
⁵ De acordo com dados da Conab (2016), a produção de soja no Estado do Pará salta de 2,6 mil toneladas, na safra 2000/01, para mais de 200 mil toneladas na safra 2004/05, ultrapassando um milhão de toneladas na safra de 2014/15. Em extensão de área cultivada, representou um crescimento passando de menos de 10 mil hectares, na safra 2000/01, para cerca de 70 mil hectares na safra de 2004/05, saltando para cerca 340 mil hectares na safra 2014/15 (Sauer e Martins, 2016).

internacional, associada à ampla repercussão do assassinato de Chico Mendes, somam-se aos avanços nos direitos socioambientais da constituição de 1988, criando um cenário favorável à definição de espaços territoriais especialmente protegidos pelo Estado. Os temas da proteção da biodiversidade e dos direitos dos povos indígenas, das comunidades extrativistas e dos demais povos e comunidades tradicionais ganham destaque nesse contexto.

Com a alternância dos ciclos da exploração mineral, madeireira e pecuária no Pará, amplia-se a expropriação e os conflitos com os povos originários, que passam a contar, cada vez mais, com o apoio de diversas ONGs nacionais e internacionais. Aumentou

significativamente, especialmente a partir dos anos 1990, a pressão sobre o governo brasileiro para a demarcação e defesa das terras indígenas e criação de unidades de conservação ambiental.

No Sudeste Paraense, foram homologadas, em 1991, as TIs Parakanã, Kayapó e Xicrin do Cateté, formando um primeiro bloco de contenção da expansão da fronteira extrativa agrária que avançava a partir do eixo da Belém-Brasília. No mesmo ano foram homologadas no Sudoeste Paraense a TI Paquiçamba (povo Yudjá), na volta grande do Xingu, a TI Arara, nas proximidades da Transamazônica e a TI Sai Cinza (povo Munduruku), na bacia do Tapajós (Figura 5) (ISA, 2011a).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor, a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 5: Terras Indígenas no Sudoeste Paraense

Em 1993 foi homologada a TI Menkragnoti (povo Kayapó) e, em 1996 foi homologado o bloco formado pela TI Araweté/Igarapé Ipixuna (povo Araweté), pela TI Koatimeno (povo Asurini do Xingu) e pela TI Trincheira Bacajá (povo Kayapó). Em 1998 é homologada a TI 203 Kararaô (povo Kayapó), fechando a sequência das TIs homologadas na década de 1990 (Quadro 1) (ISA, 2011a).

O processo de declaração, demarcação e homologação das Terras Indígenas não transcorreu sem conflitos no Sudoeste Paraense. Em muitos casos, os conflitos dos indígenas com fazendeiros, madeireiros e garimpeiros é acirrado pela ação ambígua do Estado,

que acaba favorecendo o assentamento de famílias de pequenos agricultores nos territórios indígenas, gerando elementos adicionais de complexidade na disputa por terras na região (Figura 2).

O abandono, pelo governo brasileiro, dos projetos de colonização ao longo da rodovia Transamazônica provocou uma forte mobilização social na região. Contando com o apoio da Comissão Pastoral da Terra (CPT), organizações diversas, tais como sindicatos dos trabalhadores rurais, associações de pequenos produtores e movimentos de mulheres e da juventude, se articulam no intuito de resistir às expulsões e ao abandono da terra e passam a

reivindicar do Estado a garantia de condições mínimas de sobrevivência, produção e reprodução das comunidades rurais, na região da Transamazônica (MPST, 1999).

Quadro 1: Homologação das Terras Indígenas no Sudoeste Paraense

Terra Indígena	Etnia	Homologação
Andirá-Marau	Sateré Mawé	Dec.93.069 de 06/08/1986
Paquiçamba	yudjá	Dec 388 de 24/12/1991
Arara	Arara	Dec.399 de 24/12/1991
Kayapó	Kayapó	Dec 316 de 29/10/1991
Parakanã	Parakanã	Dec.248 de 29/10/1991
Sai Cinza	Munduruku	Dec.393 de 24/12/1991
Menkragnoti	Kayapó	Dec,s/n de 19/08 1993
Araweté/Igarapé Ipixuna	Araweté	Dec.s/n de 05/01/1996
Koatimeno	Asurini do Xingu	Dec s/n de 05/01/1996
Trincheira/Bacajá	Kayapó	Dec.s/n de 02/10/1996
Kararaô	Kayapó	Dec.s/n de 14/04/1998
Kayabi	Apiaká, Kaiabi, Munduruku	Posse indígena em 2002. Decreto 25/04/2013
Mundurucu	Apiaká, Munduruku	Dec. s/n 25/02/2004
Kuruáya	Kuruaya	Dec. s/n de 18/04/2006
Xipayá	Xipayá	Posse indígena em 2006. Decreto s/n06/06/2012
Apyterewa	Parakanã	Dec.s/n de 19/04/2007
Cachoeira Seca do Iriri	Arara	Posse indígena em 2008. Decreto s/n 05/04/2016
Baú	Kayapó	Dec.s/n de 19/06/2008
Panará	Panará	Dec. s/n de 18/04/2008
Arara da Volta Grande do Xingu	Arara	Posse indígena em 2008. Decreto S/n 20/04/2015

Fonte: ISA (2011a).

Em 1987, é criado o Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica (MPST), com o lema Viver, Produzir e Preservar, que se torna uma articulação regional das lutas. São realizadas então um conjunto de atos, públicos, protestos, caravanas, greves e passeatas em prol da melhoria das condições de vida dos trabalhadores rurais na região (MPST, 1999).

Defendendo melhoria das condições de vida dos colonos nas áreas de educação, saúde, infraestrutura urbana, transporte, segurança e apoio à produção agrícola, o movimento realiza, em 1991, uma marcha até Brasília, a fim de levar suas reivindicações à Presidência da República. No mesmo ano, é criada a Fundação Viver, Produzir e Preservar (FVPP), que, sediada em Altamira, torna-se a figura jurídica do movimento (Taravella, 2008; FVPP, 2021).

Em meados da década de 1990, após a realização da Eco-92 e o início dos desembolsos do PP-G7⁶ para a implementação dos Projetos Demonstrativos Ambientais⁷, a FVPP torna-se um

parceiro local privilegiado para a realização de projetos-piloto voltados ao incentivo de atividades produtivas florestais que pudessem ser apresentadas como alternativas ao desmatamento. Nesse contexto, o movimento dos trabalhadores rurais da Transamazônica se aproxima cada vez mais da temática da preservação ambiental e a FVPP vai se afirmando como uma referência do movimento socioambiental regional⁸ (Taravella, 2008).

Em 1998, o MPST muda sua denominação para Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e Xingu (MDTX), entendendo que o movimento entrava naquele momento em um outro patamar de lutas e reivindicações voltadas para a formulação de propostas de desenvolvimento (FVPP, 2021). O MDTX, passa então a congregar 113 entidades da região da Transamazônica e do Xingu (MDTX, 2001b).

voltadas para o uso e conservação da biodiversidade, por meio de Projetos Demonstrativos Ambientais (PDA). Entre 1995 e 1998, com apoio do PP-G7, foram demarcadas 58 terras indígenas, ou 26 milhões de hectares, e outras 115 foram reconhecidas. Em 1994 foram criadas oito reservas extrativistas na Amazônia (Becker, 2009).

⁸ A partir de 2000, com o lançamento do Programa de Desenvolvimento Socioambiental de Produção Familiar Rural da Amazônia (Proambiente), a FVPP se tornou referência para implementação de projetos demonstrativos na região da Transamazônica. O Proambiente previa pagamento por serviços ambientais a agricultores familiares que se dispusessem a realizar a transição para sistemas de produção sustentáveis (MMA, 2006).

⁶ O Programa Piloto para Proteção das Florestas Tropicais Brasileiras (PP-G7) era financiado pelos países da (União Europeia e Canadá, França, Alemanha, Itália, Japão, Estados Unidos e Reino Unido) e administrado pelo Banco Mundial.

⁷ Lançado oficialmente em 1993 e iniciado em 1994, o PP-G7 passou a canalizar recursos para a criação e implementação de áreas protegidas na Amazônia, bem como para o apoio a iniciativas

Em agosto de 1999, na esteira da realização do Grito da Amazônia, realizado em 1993, e do primeiro Grito da Terra Brasil⁹, em 1995, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Pará (FETAGRI-PA) em parceria com a Fetagri Regional, a FVPP, a CPT/Xingu e os Movimentos e Organizações Urbanas, realizaram o *Grita Transamazônica*, com o lema *Asfaltamento Já*. Assumindo os impactos no solo e na biodiversidade, causados pelo modelo de agricultura que vinha se praticando nos assentamentos da Transamazônica, a pauta do *Grita Transamazônica* incluiu também um componente voltado à política ambiental, onde se propunha uma nova dinâmica produtiva para a agricultura familiar (MPST, 1999).

Sob a justificativa do avanço das grandes madeiras na região, foram propostas duas áreas de proteção ambiental: o Parque Nacional do Iriri, à margem esquerda da Rodovia Transamazônica, envolvendo os municípios de Altamira, Brasil Novo, Rurópolis, Trairão e Novo Progresso; e a Floresta Nacional da Transamazônica, localizada ao Norte da rodovia, após o limite da área oficial de colonização, até a margem direita do rio Amazonas¹⁰. O componente indígena do *Grita Transamazônica* rejeitava a construção do Complexo Hidrelétrico do Xingu, pedia a imediata desintração da Terra Indígena Cachoeira Seca/Iriri, a instalação de postos de vigilância para coibir o avanço da extração ilegal de madeira, a demarcação da Terra Indígena Kuruaya, a identificação da Terra Indígena Xipaya, a demarcação das Florestas Nacionais do Xingu e Altamira e a criação de uma área de desenvolvimento sustentável na região da *Terra do Meio*, entre os rios Xingu e Iriri, para impedir a invasão desenfreada de madeireiros vindos de São Félix do Xingu e da Santarém-Cuiabá (MPST, 1999).

A região do interflúvio Xingu-Iriri, ficou conhecida nas décadas de 1990 e 2000 como a *Terra do Meio*, durante as campanhas de repercussão internacional empreendidas pelo *Greenpeace* contra a extração ilegal de mogno. Cercada por terras indígenas e abrangendo porções dos municípios de Altamira e São Félix do Xingu (figura 6), a região da *Terra do Meio* se destacou no passado pela produção de látex, tornando-se mais recentemente uma das áreas prioritárias para a conservação da sociobiodiversidade, inserindo-se no corredor de diversidade socioambiental do Xingu¹¹ e para a contenção das frentes de

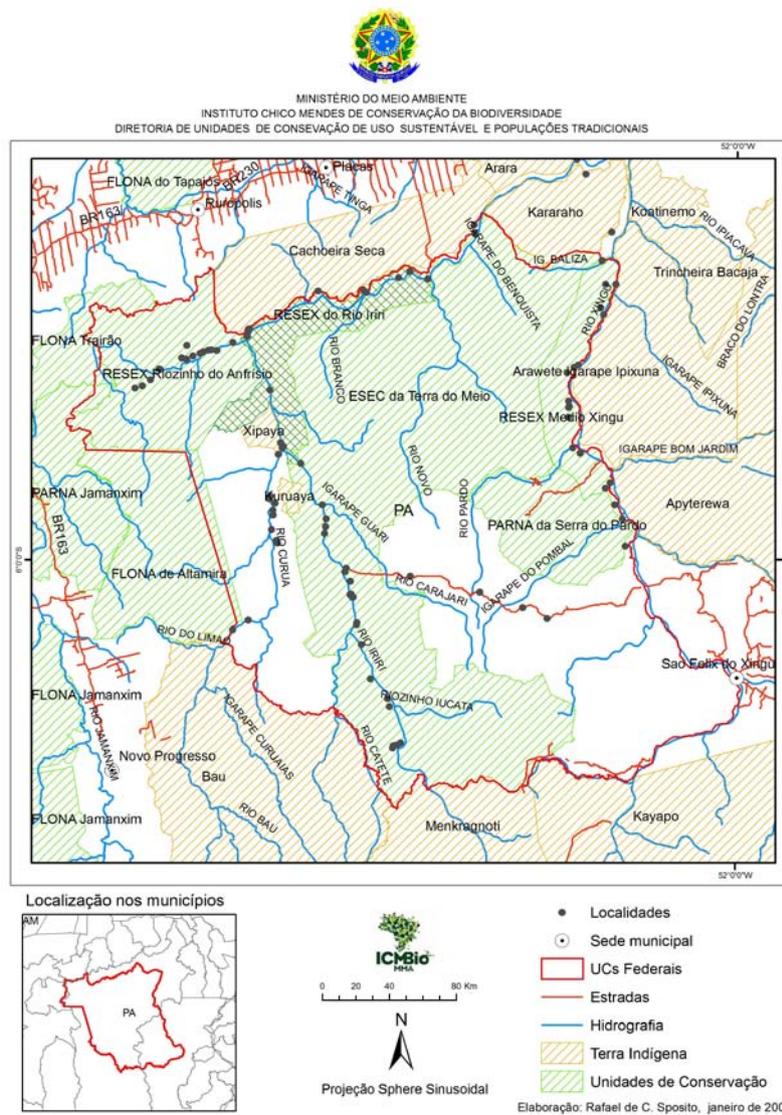
desmatamento que atingem as áreas de influência das rodovias Transamazônica e Cuiabá-Santarém (Taravella, 2008; ICMBio, 2010a; Villas-Bôas, 2012).

⁹ Os movimentos conhecidos como *Gritos* fazem parte de uma etapa de mobilização dos trabalhadores rurais brasileiros na década de 1990 em torno de pautas unificadas em que os diversos segmentos da população rural e urbana se reúnem e realizam negociações conjuntas junto ao Poder Público (MPST, 1999).

¹⁰ Ao Norte da Transamazônica seria criada, mais tarde, a Reserva Extrativista Verde Para Sempre e ao Sul seria estabelecido o mosaico de áreas protegidas da *Terra do Meio*.

¹¹ O corredor de diversidade socioambiental do Xingu é abrangido por 20 terras indígenas e 10 unidades de conservação, estendendo-se por mais de 28 milhões de hectares, estando situado entre os estados

do Mato Grosso e Pará e entre os biomas Cerrado e Amazônia (Villas-Bôas, 2012).



Fonte: ICMBio (2010).

Figura 6: Região da Terra do Meio, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu

Em 2001, o Greenpeace lança o relatório denominado “Parceiros do Crime: a extração ilegal de Mogno – A Amazônia à mercê de acordos entre cavalheiros”, que denunciava em várias línguas a convivência do Estado brasileiro em relação à exploração predatória do mogno e solicitava que o governo brasileiro tomasse medidas urgentes relacionadas à preservação da Terra do Meio, reforçando o pleito da criação de unidades de conservação na região (ICMBIO, 2015b). Em agosto de 2001 ocorre o assassinato de Ademir Federicci, o Dema, coordenador do MDTX. O sindicalista havia liderado a caravana da Transamazônica à Brasília, em 1992, e participado das mobilizações dos gritos da Amazônia e da Terra Brasil.

Em 2002, com o governo federal pressionado a dar resposta em relação aos eventos ocorridos na região da Terra do Meio e da Transamazônica, o

Ministério do Meio Ambiente contrata o Instituto Socioambiental (ISA¹²) para a realização de um estudo técnico para a criação de um mosaico de unidades de conservação na Terra do Meio. O estudo foi desenvolvido em parceria com Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia¹³ (Ipam), FVPP, CPT, Instituto

¹² O Instituto Socioambiental (ISA) nasce em 1994 da fusão do Programa Povos Indígenas do Brasil do antigo Centro Ecumênico de Documentação e Informação (CEDI) e da ONG Núcleo de Direitos Indígenas (NDI), que fora criada em 1989, para acompanhar os desdobramentos dos direitos dos povos indígenas previstos na constituição de 1988. Além de nascer com uma bagagem ligada aos direitos dos povos indígenas, o ISA havia acompanhado o processo de demarcação da TI Araweté, na região do médio Xingu (Taravella, 2008).

¹³ O IPAM foi criado em 1995, por um grupo de pesquisadores reunidos em Belém que identificavam a necessidade de discutir as políticas públicas para a Amazônia, produzir conhecimento científico engajado e desenvolver ações no campo, tendo em vista a velocidade observada na devastação da floresta (Ipam, 2022).

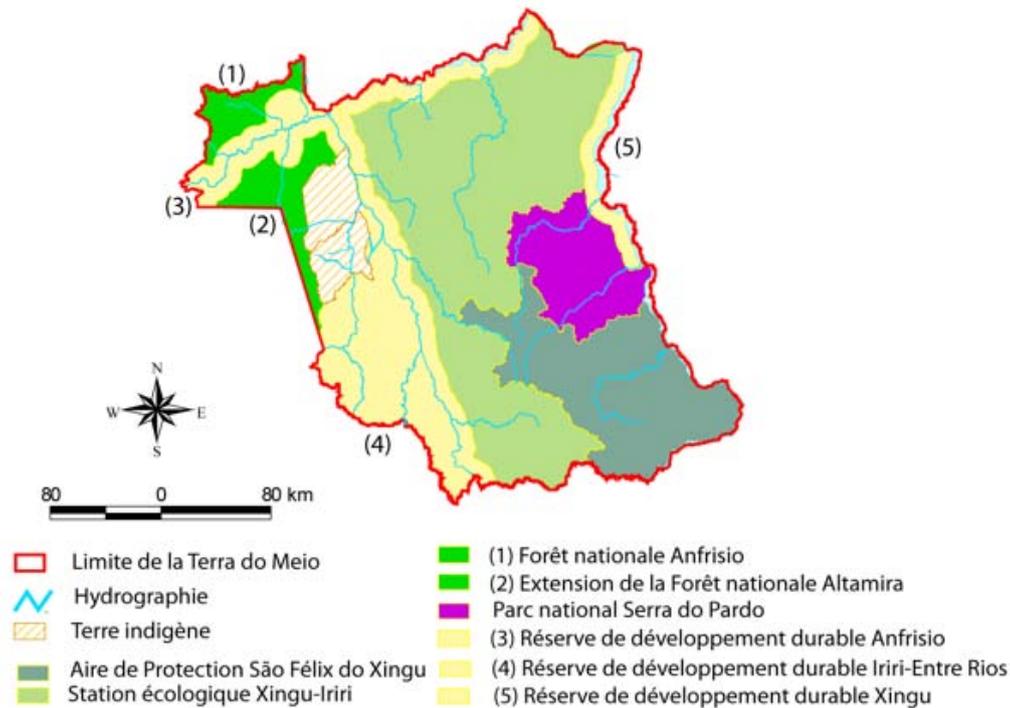
do Homem e Meio Ambiente da Amazônia¹⁴ (Imazon), Greenpeace, CIMI e USP. Outras instituições também participaram do processo, tais como Secretaria de Coordenação da Amazônia do Ministério do Meio Ambiente (SCA/MMA), Conservation International (CI), The Nature Conservancy (TNC), Secretaria de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente do Estado do Pará (SECTAM), Universidade Federal do Pará (UFPA), Museu Paraense Emílio Goeldi (MPEG) e Federação dos Trabalhadores Rurais Agricultores e Agricultoras do Estado do Pará (Fetagri) (Taravella, 2008; ICMBio, 2015b).

O relatório final é lançado em 2003, apresentando a primeira proposta para o mosaico de áreas protegidas da *Terra do Meio*, que serviu de base para a sua posterior implementação pelo governo (Figuras 7 e 8).

No estudo coordenado pelo ISA, a região do riozinho do Anfrísio ganha especial destaque, sendo indicada como prioritária para a criação de uma área protegida, dada a densidade de famílias ribeirinhas

vivendo na área, bem como as ameaças por elas sofridas, advindas da ação de madeireiros e grileiros. A partir de então, diversas organizações regionais, tais como o MDTX, a FVPP, o GTA e a CPT passam a se articular em torno da viabilização do projeto de criação da Reserva Extrativista do Riozinho do Anfrísio (Taravella, 2008).

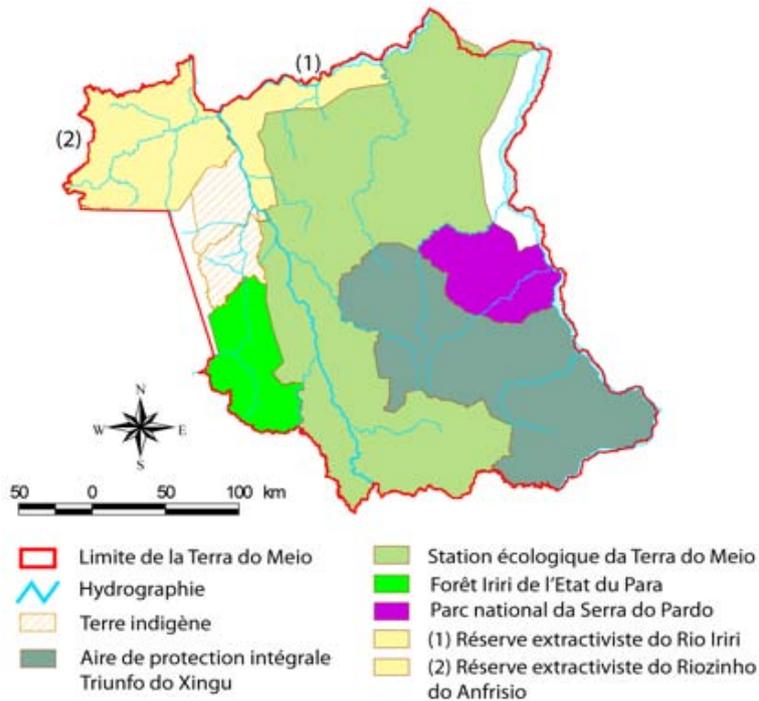
Paralelamente à mobilização que ocorria para a criação das áreas protegidas na *Terra do Meio*, diversas organizações da sociedade civil e movimentos sociais se mobilizavam desde 2001 no Oeste do Pará, motivados pela construção do Porto da Cargill, em Santarém, e pela promessa de asfaltamento da BR-163. Temia-se uma nova onda de desmatamento provocado pela valorização das terras na região, acompanhada de processos de grilagem de terras públicas, migração desordenada, conflitos fundiários, assassinato de lideranças sindicais e degradação das condições de vida da população, tal como já havia sido observado na região nas décadas anteriores (ISA et al., 2003; Schittini, 2010; Sauer e Martins, 2016).



Fonte: Taravella (2008, p.457).

Figura 7: Mosaico de áreas protegidas da Terra do Meio proposto pelo ISA

¹⁴ O Imazon foi criado em 1990 pelo ecólogo americano Christofer Uhl e os colegas Adalberto Veríssimo, David McGrath e Paulo Barreto. Uhl era vinculado à Embrapa e à ONG americana Woods Hole Research Center (WHRC). Alarmado com as imagens do desmatamento da floresta amazônica, no final da década de 1980, Uhl decide fundar uma organização que pudesse diminuir a defasagem de informações relacionadas às profundas transformações observadas na paisagem amazônica (Taravella, 2008; Imazon, 2021).



Fonte: Taravella (2008, p.457).

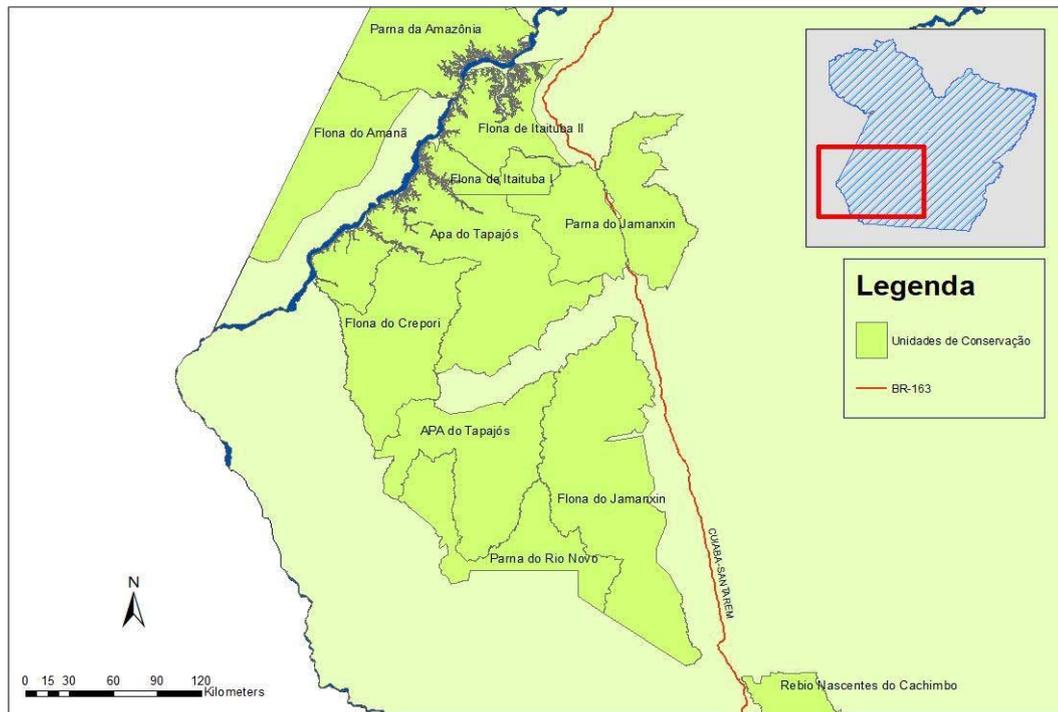
Figura 8: Mosaico da Terra do Meio como foi implementado

Em outubro de 2003, a FVPP, juntamente com a Fetagri Pará, promoveu uma conferência popular regional com o tema “Desenvolvimento do Território da Transamazônica, Xingu e Cuiabá-Santarém” agregando as (já históricas) demandas dos movimentos sociais da Transamazônica o pleito trazido pelas organizações atuantes na área de influência da BR-163, que passam a se articular por meio do Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163. Nessa conferência foi apresentada uma proposta de Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável para a Transamazônica e o Xingu (FVPP, 2003; Schittini, 2010). Após a conferência de Altamira, ocorreram outros três eventos regionais e populares, organizados pelas entidades ligadas ao Fórum dos Movimentos Sociais da BR-163, reivindicando a adoção de um modelo de desenvolvimento sustentável para a região situada na área de influência da BR-163.

Esses encontros serviram para fortalecer a articulação e a mobilização das organizações ligadas à temática socioambiental atuantes na região. Foram apresentadas aos órgãos das três esferas do governo e à sociedade em geral, propostas voltadas ao ordenamento fundiário, com a criação de áreas protegidas e projetos de assentamentos em áreas florestais; ao apoio às atividades produtivas de base familiar, melhoria dos serviços públicos, em especial nas áreas de saúde, educação e saneamento; fortalecimento e apoio às organizações sociais da região e o combate à impunidade e à violência no campo (Fetagri-BAM et al., 2003).

Em resposta à mobilização da sociedade civil, o governo federal lança em fevereiro de 2004, o documento base do Plano de Desenvolvimento Regional Sustentável para a Área de Influência da BR-163 com ações organizadas dentro de quatro eixos: ordenamento territorial e gestão ambiental; fomento a atividades produtivas sustentáveis; infraestrutura para o desenvolvimento; inclusão social e cidadania. O plano incluía no eixo de ordenamento territorial e gestão ambiental a criação e consolidação de unidades de conservação e a regularização e proteção de terras indígenas na área de influência da rodovia (Schittini, 2010). No mesmo ano, a *Terra do Meio* e a área de influência da BR-163 foram incluídas no Plano de Ação para Prevenção e Controle do Desmatamento na Amazônia Legal (PPCDAM), tornando o processo de criação e implementação de áreas protegidas nessas áreas passíveis de serem financiadas pelo Programa de Áreas Protegidas da Amazônia (ARPA) (Taravella, 2008).

No dia 12 de fevereiro de 2005 ocorre o assassinato da missionária norte-americana Dorothy Stang, a Irmã Dorothy, que atuava junto à CPT em favor dos direitos das famílias assentadas na região da Transamazônica, mais especificamente no município de Anapu (PA). A ampla repercussão nacional e internacional do assassinato precipitou a criação da Estação Ecológica da Terra do Meio e do Parque Nacional da Serra do Pardo, na *Terra do Meio* (Figura 8), cujos decretos de criação foram assinados pelo presidente Lula no dia 17 de fevereiro de 2005 (Taravella, 2008; Schittini, 2010; ICMBio, 2015b).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 9: Criação das Unidades de Conservação ao longo do eixo da BR-163

Acompanhando a criação das unidades de conservação da *Terra do Meio*, foram criadas outras unidades de conservação em áreas consideradas estratégicas para contenção do avanço da fronteira agropecuária na Amazônia. Foi publicado o decreto s/n de 13 de fevereiro de 2005, destinando mais de 6 milhões de hectares a unidades de conservação. Nesse ato foram criadas a APA Tapajós, as Flonas Amanã, Trairão, Crepori e Jamanxin e os Parques Nacionais do Jamanxin e Rio Novo, além de ter sido expandido o Parque Nacional da Amazônia (figura 9). De forma alinhada com os princípios do PPCDAM, o critério para a criação das unidades de conservação na área de influência da BR-163 não se baseou apenas na conservação da biodiversidade, mas também na criação de um *cinturão verde* para dificultar o avanço do desmatamento ilegal ao longo do eixo da rodovia, afastando as expectativas de regularização fundiária futura e desestimulando a grilagem de terras na região (Schittini, 2010).

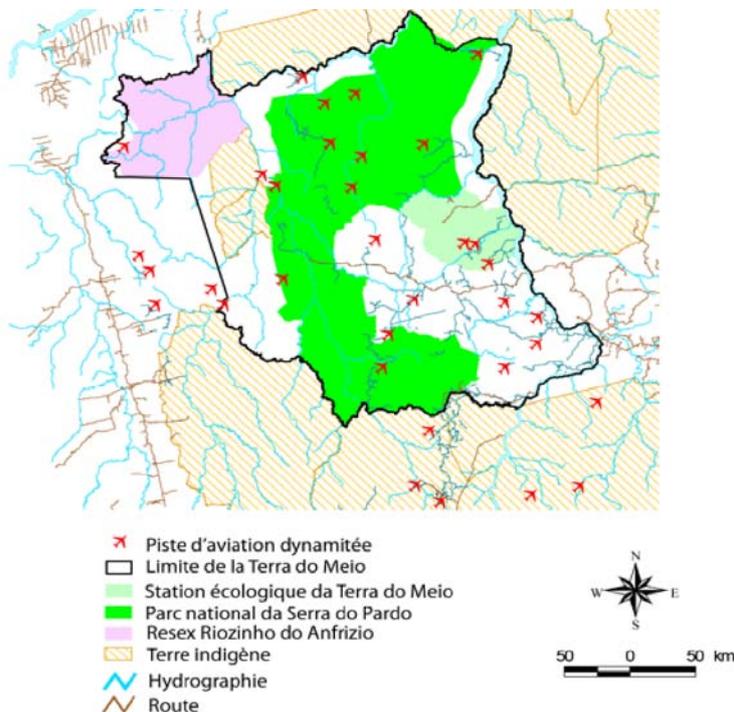
Em fevereiro de 2006 é deflagrada uma operação do Ibama para destruição de trinta e quatro pistas de pouso clandestinas, sendo dez delas situadas na estação ecológica (Figura 10). Na operação foram empregados mais de quinhentos quilos de dinamites, utilizados para tornar a região inacessível aos aviões. Em dezembro do mesmo ano, ocorre a operação Monte Pardo, dedicada à fiscalização de desmatamentos localizados especificamente na área do Parque Nacional da Serra do Pardo (TARAVELLA, 2008). Na esteira dessas operações, o governo federal

decretava, em junho de 2006, a criação da Resex do Rio Iriri e em dezembro do mesmo ano o Estado do Pará decretava a criação da APA Triunfo do Xingu¹⁵ e da Floresta Estadual do Iriri (Figura 8) (ICMBIO, 2015b).

Em 2006 ocorre também a formação da Rede Terra do Meio, constituída pelo conjunto das organizações socioambientalistas e os órgãos oficiais atuantes na região. Com a criação da Resex do Rio Iriri e da APA do Triunfo do Xingu, as atenções se voltam para a área da Resex do Rio Xingu, que permanecia desprotegida e tinha sido alvo de invasões de quatro fazendas, entre os anos de 2002 e 2005, com prejuízo para as famílias ribeirinhas que passaram a sofrer ameaças constantes de pistoleiros a serviços dos fazendeiros interessados em se apropriar das áreas tradicionalmente ocupadas¹⁶. Intensificam-se as mobilizações a favor da criação da Resex Rio Xingu (ICMBio, 2012b).

¹⁵ Conforme os estudos preliminares, a APA Trinfo do Xingu foi concebida como uma área de 1.347.000 hectares. O governo do Pará acabou criando a APA com 1.670.000 hectares, beneficiando os proprietários de terras que teriam suas propriedades inseridas na Esec *Terra do Meio* (Figuras 7 e 8) (Costa, 2013).

¹⁶ Em 2005, após a primeira solicitação de criação de uma área protegida, o Ibama recebeu documentos de protesto da Indústria, Comércio, Exportação e Navegação do Xingu Ltda (Incexil), reclamando a propriedade de áreas localizadas dentro da proposta de criação da Resex. No mesmo período o órgão ambiental recebeu um manifesto de repúdio, assinado pelos prefeitos da região (com exceção de Pacajá e Medicilândia), contra a criação das Resex Verde Pra Sempre e Riozinho do Anfrísio, da Esec da Terra do Meio e do Parna Serra do Pardo (ICMBio, 2012b).

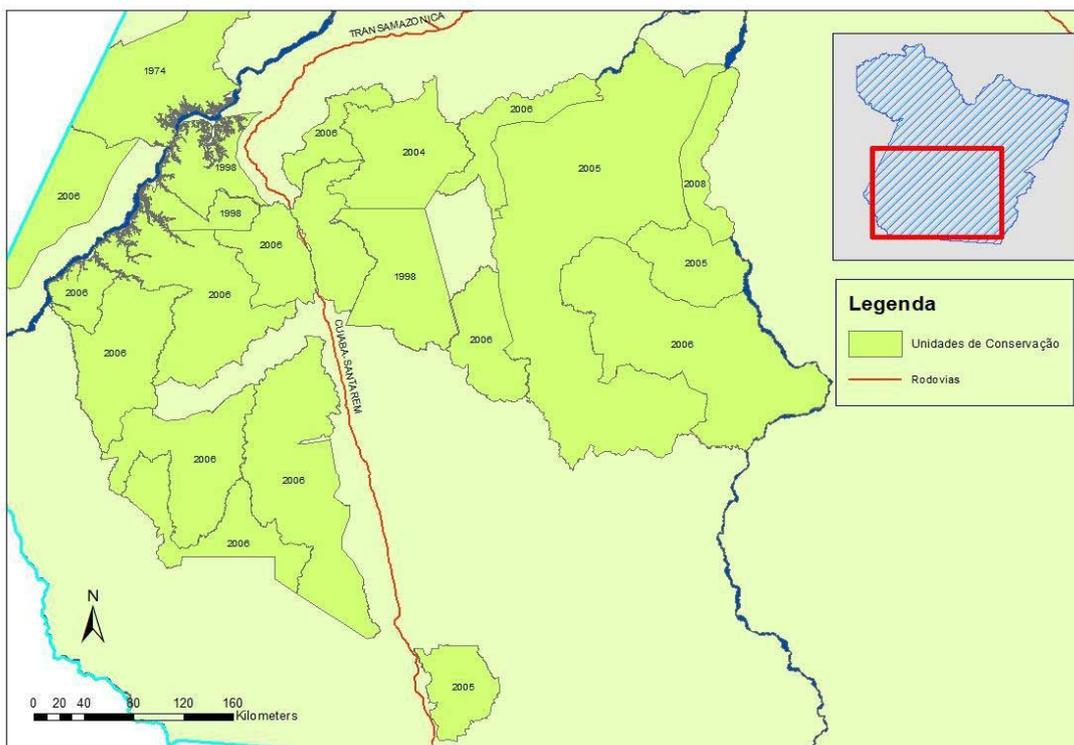


Fonte: Taravella (2008, p.516).

Figura 10: Localização das pistas de pouso dinamitadas na Terra do Meio

Em 2006 e 2008 ocorreram os dois primeiros encontros da Rede Terra do Meio demandando a criação urgente da Resex de criação da Resex do Rio Xingu. No início de 2008 foi organizada a última de uma série de viagens de lideranças locais a Brasília para

pressionar as autoridades em favor da criação da Resex. Finalmente, em junho de 2008, é decretada a criação da Resex do Rio Xingu, concluindo o processo de criação das unidades de conservação do Sudoeste Paraense (Figura 11) (ICMBio, 2012b).

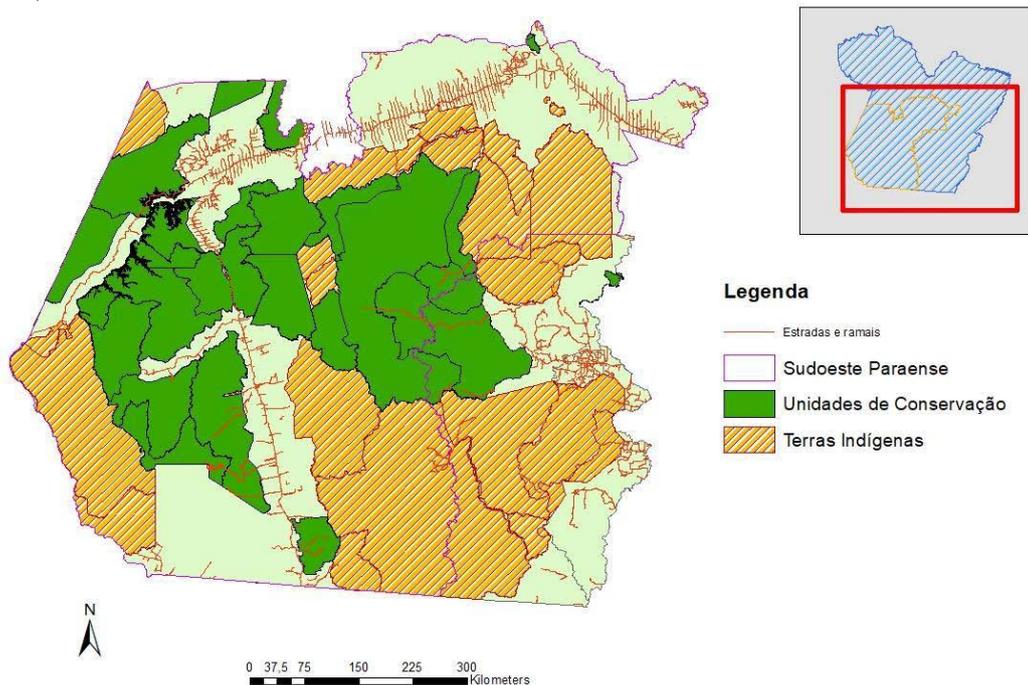


Fonte: elaborado pelo primeiro autor a partir de dados do MacroZee da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 11: Ano de criação das unidades de conservação no Sudoeste Paraense

Na região do Sudoeste Paraense existem atualmente quinze unidades de conservação federais, ocupando um total de mais de 15,63 milhões de hectares, sendo seis unidades de proteção integral (Parques Nacionais do Rio Novo, Jamanxin, Amazônia e Rio Novo, Reserva Biológica Nascentes Serra do Cahimbo e Estação Ecológica Terra do Meio, somando, 6,62 milhões de hectares) e nove unidades de uso sustentável (Flonas Jamanxin, Itaituba I, Itaituba II, Trairão, Tapajós, Crepori, Amaná e Altamira, Resex Tapajós-Arapiuns, Riozinho do Anfrísio e Rio Iriri e APA

do Tapajós, somando 9 milhões de hectares) (ICMBIO, 2021). Regista-se na região a presença de diversas etnias indígenas como os Munduruku, Sateré Mawé, Kaiabi, Kayapó, Asurini, Arara e Araweté, distribuídas em 21 Terras Indígenas, somando cerca de 17,13 milhões de hectares. Destaque para a TI Menkragnoti, com quase 5 milhões de hectares e a TI Munduruku, com cerca de 2,38 milhões de hectares. Quatorze TIs encontram-se regularizadas e as demais ainda em fase de homologação (Figura 12) (Funai, 2019).



Fonte: elaborado pelo primeiro autor, a partir de dados do MacroZee Amazônia da Amazônia Legal (MMA, 2010).

Figura 12: Sudoeste Paraense: Unidades de Conservação e Terras Indígenas

Dessa maneira, o mosaico de áreas protegidas que se forma no Sudoeste Paraense (figura 12) assume essa função principal de contenção da expansão dessas frentes de expansão da fronteira extrativa agrária na região.

IV. EMBATES COM A FRONTEIRA EXTRATIVA AGRÁRIA

A partir da segunda metade da década de 2000, a criação das áreas protegidas provocou uma transformação na dinâmica de apropriação de terras, ocupação do território, exploração dos recursos naturais e desmatamento no Sudoeste Paraense. Em contrapartida, os agentes da fronteira extrativa agrária se reorganizaram rapidamente, a fim de dar continuidade ao processo de acumulação extrativa, mesmo após a destinação das áreas públicas para a formação de um mosaico de áreas protegidas na região.

A criação da Estação Ecológica da Terra do Meio freou o acelerado processo de apropriação de terras por meio da formação de pastagens, que se expandia a partir de São Félix do Xingu. Diante da impossibilidade de aquisição futura de direitos sobre a terra, os fazendeiros passaram a reorientar o esforço de ocupação de terras para as áreas ainda não afetadas pelas unidades de conservação federais (Taravella, 2008).

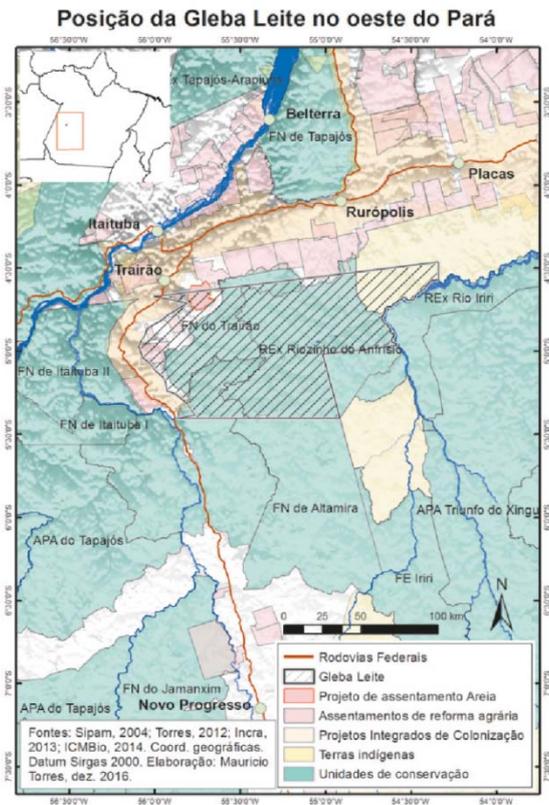
A criação da Resex do Riozinho do Anfrísio, da Flona Trairão e do Parna Jamanxin pôs fim às pretensões das quadrilhas de grilagem que disputavam as terras públicas na área correspondente à Gleba Leite¹⁷ (Figura 13), uma das áreas mais disputadas do oeste paraense. Uma vez que a criação unidades de

¹⁷ Torres et al (2017), com base em informações da Operação Faroeste, da Polícia Federal de 2004, relata a participação do INCRA na apropriação ilegal de terras públicas (grilagem), com a emissão de certidões avalizando posses ilegais.



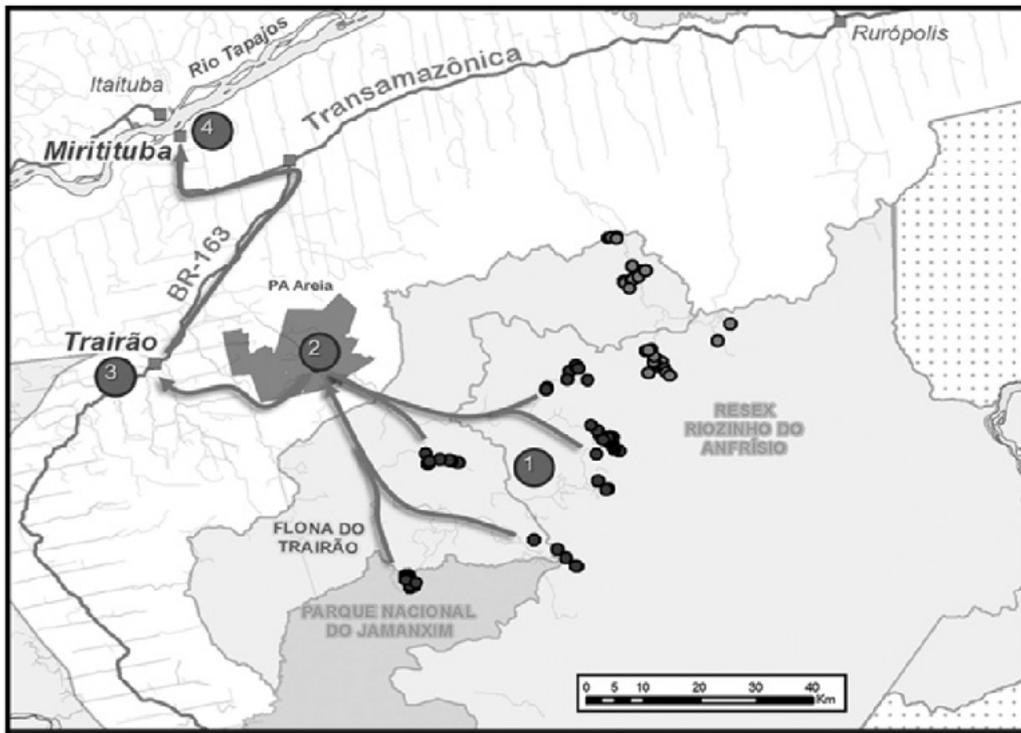
conservação (UCs) impossibilitou a titulação das terras almejada pelos grileiros, ocorreu uma migração da exploração pecuária praticada na área, para a exploração madeireira. Os agentes da fronteira extrativa agrária permaneceram mobilizados, alternando para a comercialização da madeira, ao invés da terra, o foco da acumulação extrativa. Valeram-se, para isso, das dificuldades de monitoramento remoto da atividade madeireira, de rastreamento da origem da madeira comercializada e de identificação dos verdadeiros organizadores da atividade criminosa (Torres et al., 2017).

Observa-se um novo impulso para o estabelecimento de grupos madeireiros na região que, a exemplo do que ocorrera anteriormente na região da *Terra do Meio*, passaram a delimitar suas áreas de influência, havendo, por vezes, conflitos e disputas pelo controle de áreas específicas. O Projeto de Assentamento Areia torna-se um centro de coordenação, controle e distribuição das toras extraídas nas áreas da Resex do Riozinho do Anfrísio, do Parna Jamanxin e da Flona Trairão. As toras são encaminhadas para as serrarias do município de Trairão e a madeira beneficiada segue para Miritituba, onde estão as sedes das principais madeireiras, que providenciam o transporte do material pela via fluvial (Figura 14) (TORRES et al., 2017).



Fonte: Torres et al. (2017, p.225).

Figura 13: Sobreposição da Gleba Leite com as UC's Flona Trairão, Resex Riozinho do Anfrísio e Parna do Jamanxin



Fonte: Torres et al. (2017, p.173).

Figura 14: Esquema logístico do roubo de madeira das UCs na região de Trairão

De toda maneira, observa-se uma tendência de queda na taxa de desmatamento na região da *Terra do Meio*, a partir de 2007, com uma estabilização entre os anos de 2001 e 2013 e uma nova tendência de alta, a partir de 2014¹⁸. Entre os anos de 2011 e 2014 registra-se um aumento vertiginoso da extração de madeira ilegal e da abertura de estradas e ramais abertos em áreas sensíveis para a conservação como a Terra Indígena Cachoeira Seca e a Resex do Riozinho do Anfrísio (Doblas, 2015, ICMBio, 2010a).

Na região da BR-163, o asfaltamento da rodovia, a transferência da etapa de cria de bezerros de outros locais e o aumento do preço da arroba do boi concorreram para inflacionar o mercado de terras na região de Novo Progresso e Castelo dos Sonhos, impulsionando o processo de apropriação e valorização das terras por meio do desmatamento e formação de pastagem, na década de 2010¹⁹. Contribuía para esse processo a sensação de impunidade gerada pelos processos de regularização fundiárias de áreas outrora griladas, levados a cabo no âmbito do Programa Terra Legal²⁰. Soma-se a isso a capitalização dos comerciantes de Novo Progresso, propiciada pelo aumento vertiginoso do tráfego da caminhões graneleiros na BR-163, que impulsionou o investimento na pecuária e no desmatamento²¹ (Torres et al., 2017).

A partir da eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, em outubro de 2018, observa-se uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa agrária. Antes mesmo de tomar posse, o discurso do presidente eleito de criminalização dos movimentos sociais do campo, ataques a ONGs ambientalistas e órgãos de fiscalização ambiental e sua promessa de extinguir o Ministério do Meio Ambiente, foi suficiente para provocar uma onda de invasões de terras indígenas e unidades de conservação, queimadas e desmatamento ilegal, mortes e violência em diversas regiões da fronteira amazônica²² (De Olho nos Ruralistas, 2018; Ferreira, 2018; Ribas, 2018).

¹⁸ Dados do PRODES/INPE mostram uma redução de cerca 500km² desmatados em 2007, para cerca de 100km² desmatados em 2011 na região da *Terra do Meio* (Doblas, 2015).

¹⁹ Nesse processo, um hectare de floresta podia saltar de R\$350,00 para R\$5.000, após desmate e implantação do pasto (Torres et al., 2017).

²⁰ O Programa Terra Legal foi lançado em 2009, baseado na MP 458/2009 e na Lei nº 11.952/2009, com o objetivo de acelerar a regularização de até trezentos mil ocupações informais em terras públicas da Amazônia Legal, em 463 municípios (Brasil, 2009).

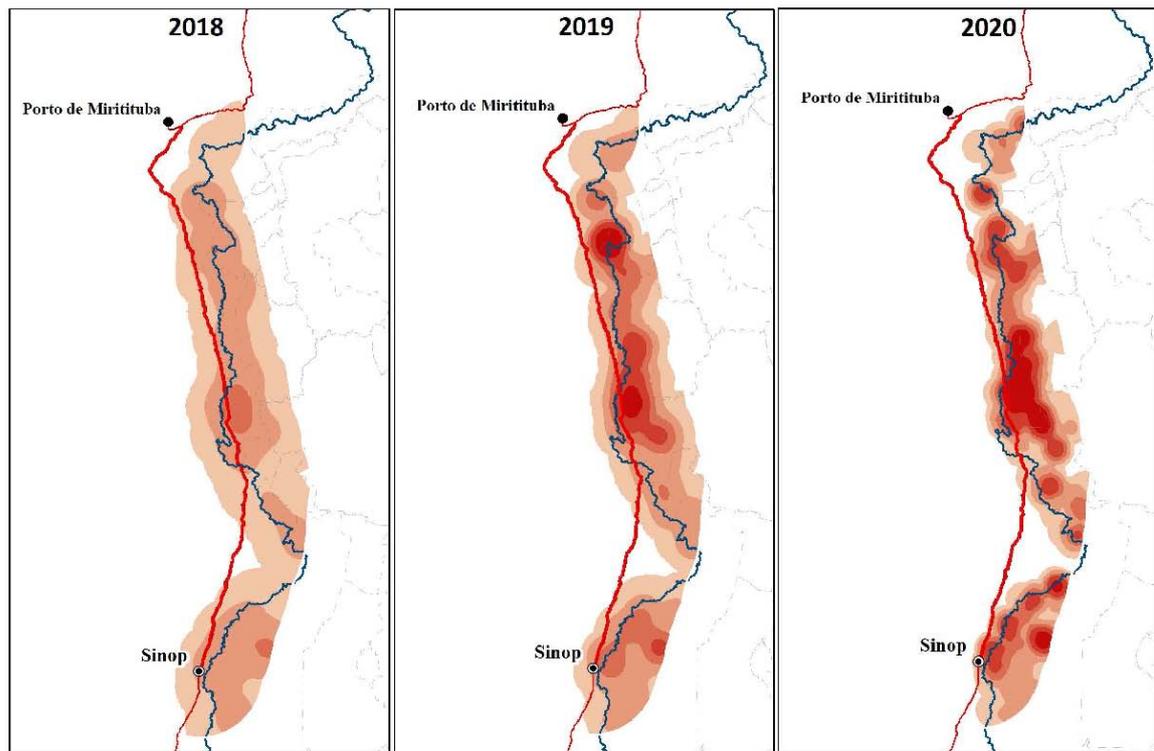
²¹ Torres et al. (2017) afirmam que a infraestrutura, da soja capitalizava indiretamente o desmatamento, em regiões onde o plantio do grão não se expandiria. Fecha-se assim mais um ciclo extrativo iniciado com o capital acumulado da atividade madeireira na década anterior, que passa a ser reinvestido na produção de grãos (Oliveira, 2005), que por sua vez ensejará a abertura de novas áreas para pastagens e para a própria extração de madeira.

²² Já em novembro de 2018, o sistema de alerta de desmatamento do Instituto Imazon, indicava um aumento de 406% no desmatamento da

No Sudoeste Paraense, entre os anos de 2018 e 2020, houve um avanço do desmatamento em duas frentes principais: a partir de Novo Progresso e de São Félix do Xingu (Figura 1). O que ameaça a conectividade do Corredor de Biodiversidade do Xingu, por meio da possibilidade de conexão dessas duas frentes. Houve uma explosão do processo de grilagem de terras, garimpo ilegal e extração de madeira dentro das áreas protegidas (Rede Xingu+, 2020a).

Entre os anos de 2019 e 2020, com a conclusão da pavimentação da BR-163, no trecho entre Sinop (MT) e Miritituba (PA), observa-se o aumento do desmatamento ao longo desse trecho da rodovia, em especial na sua margem direita, tendo havido um aumento de 40% na taxa de desmatamento em 2019, em relação ao ano anterior, e um aumento de 58% em 2020 em relação a 2019, que já tinha sido um ano de aumento intenso do desmatamento (Figura 15). Tudo isso em um cenário em que persiste a falta de regularização fundiária, agravando-se a grilagem de terras.

Amazônia em relação ao mesmo período do ano anterior (Imazon, 2018).



Fonte: Rede Xingu+ (2020a, p.13).

Figura 15: Evolução da densidade do desmatamento no trecho Sinop-Miritituba da BR-163, entre os anos de 2018 e 2020

No dia 10 agosto de 2019 ocorreu o episódio que ficou conhecido como o “dia do fogo”, em que produtores rurais do Pará promoveram uma ação orquestrada para incendiar extensas áreas de floresta, a fim de chamar atenção do presidente da república para a necessidade de se desmatar, para que haja a produção. A ação planejada dos produtores foi revelada a partir de conversas em redes sociais de um produtor de Novo Progresso que foram interceptadas pela Polícia Federal. O dia do fogo abrangeu áreas de Novo Progresso, Altamira e São Félix do Xingu, atingindo, em especial a Flona do Jamanxin, a Rebio Nacentes da Serra do Cachimbo e a APA Triunfo do Xingu (Machado, 2019; Camargos, 2020).

No final de semana dos dias 9 e 11 de agosto, os satélites do INPE detectaram 431 focos de incêndio em Altamira, representando 39% dos focos de incêndio registrados em todo o Brasil e uma alta de 179% em relação aos dias anteriores. Em Novo Progresso foram registrados 124 focos de incêndio, aumento de 300% em relação ao dia anterior. São Félix do Xingu apresentou 288 focos de incêndio entre os dias 9 e 11 de agosto, representando um aumento de 329% em relação aos três dias anteriores. Somente no APA Triunfo do Xingu foram perdidos 3.000 hectares de floresta no período²³.

Na bacia do Xingu, estima-se que entre 2018 e 2020 tenham sido desmatados 1.200 km² no interior de unidades de conservação e 660 km² no interior de terras indígenas (Cowie, 2021). A partir de 2020, o advento da pandemia de Covid-19, associado ao aumento do preço do ouro no mercado internacional e às restrições a operações de vigilância e repressão aos ilícitos por parte do Estado, provocou o aumento do desmatamento por garimpo nas terras indígenas, seguido do aumento do número de casos de ocorrência e morte por Covid-19 nessas áreas (Rede Xingu+, 2020b).

Somente em 2020, a TI Munduruku perdeu mais de 2 mil hectares de floresta para o garimpo ilegal. Em 2021 as terras indígenas Munduruku e Sai Cinza foram alvo de uma grande operação contra o garimpo ilegal, envolvendo agentes da Polícia Federal, Exército, Força Nacional e Ibama. Em retaliação, os garimpeiros invadiram a aldeia e incendiaram a casa de Maria Leuse Munduruku, uma das principais lideranças locais, que faz oposição ao garimpo no território Munduruku²³

²³ Congresso Nacional, as investigações sobre o dia do fogo não prosperaram, sendo suspensas sem que tenha havido nenhum indiciado (Camargos, 2021).

²⁴ Adonias Munduruku foi apontado como o responsável pelo ataque. Ele foi um dos sete munduruku que embarcaram em um vôo da FAB de Jacareacanga para Brasília em agosto de 2021. Na ocasião, o MPF abriu investigação sobre a conduta do então ministro do meio ambiente, Ricardo Salles, que havia se encontrado com garimpeiros

²³ Em função de desentendimentos entre as polícias Civil e Federal e dos vínculos dos suspeitos com integrantes da bancada ruralista no

(Folha, 2021; Gussen, 2021). Na cidade de Jacareacanga, manifestantes pró-garimpo tentaram invadir a base da Polícia Federal e depredar aeronaves e equipamentos policiais. No confronto entre os manifestantes e agentes da PF, dez garimpeiros ficaram feridos (Modelli, 2021; Carneiro, 2021).

As Terras Indígenas Apyterewa, Cachoeira Seca, Ituna-Itatá e Trincheira Bacajá²⁵ passaram a figurar no topo do ranking das mais desmatadas da Amazônia em 2020. As operações do Ibama realizadas nessas áreas entre novembro de 2019 e abril 2020 estavam logrando sucesso na redução do desmatamento. O cancelamento, porém, de forma injustificada das ações de fiscalização do Ibama, seguida da exoneração dos fiscais responsáveis, fez o desmatamento explodir nessas terras indígenas, a partir de maio de 2020 (Rede Xingu+, 2020a).

Os coordenadores da operação do Ibama foram exonerados duas semanas após a operação realizada para combater o garimpo ilegal na Amazônia, em abril de 2020. No início do mesmo mês o diretor de Proteção Ambiental do Ibama, Olivaldi Azevedo, já tinha sido exonerado, após matéria veiculada no programa Fantástico, sobre a ação de garimpeiros ilegais no Pará e a conivência dos órgãos federais (Rede Xingu+, 2020a).

As invasões na TI Trincheira Bacajá alcançaram em agosto de 2019 a alarmante taxa de 1.115 hectares desmatados, a maior taxa mensal de desmatamento desde a sua homologação, em 1996. Na ocasião, um grupo de invasores ameaçou de morte as lideranças Xikrin, dizendo que iriam “caçar os índios”. Nesse período foi reativado um ramal saindo das TI's Apyterewa e Araweté/Igarapé Ipixuna, entrando 40 km pra dentro do território Xikrin (Rede Xingu+, 2020a). As invasões são impulsionadas pela expectativa de regularização das terras griladas, pelos discursos das autoridades públicas a favor da redução das terras indígenas e à inoperância dos órgãos federais responsáveis pela fiscalização (Rede Xingu+, 2020a).

As unidades de conservação também vêm sofrendo com o recrudescimento da fronteira extrativa. Na Resex Riozinho do Anfrísio foi registrada, entre 2018 e 2020, a abertura de mais de 366 km de estradas ilegais, para viabilizar a retirada e o escoamento de

madeira. Além da intensificação do roubo da madeira, a Resex assistiu à reativação do garimpo Fortaleza, fechado desde 2004. O garimpo foi reaberto em 2018 e teve em 2019 a atividade intensificada com o uso de maquinário pesado. O retorno dos garimpos ilegais também foi registrado na Resex do Rio Iriri, no Parna Serra do Pardo e na Flona de Altamira. Moradores do Parque Nacional relataram que os invasores espalhavam boatos de que a área não estava mais protegida, que o ICMBio e o Ibama não funcionavam mais e que o garimpo tinha sido legalizado (Rede Xingu+, 2020a; 2020b).

Nas duas APAs estaduais a devastação acelerou vertiginosamente entre 2018 e 2020. A APA Triunfo do Xingu perdeu mais de 93 mil hectares de floresta no período, consolidando-se como a unidade de conservação mais desmatada do Brasil. O desmatamento é motivado, em especial pelo processo de especulação fundiária. Em 2019, foi registrado um desmatamento de mais de 9 mil hectares em apenas um mês, em função das expectativas criadas com o sancionamento da nova lei agrária do Pará (Lei 8.878/2019), que favorece a regularização das áreas anteriormente griladas (Rede Xingu+, 2020a).

Na Floresta Estadual do Iriri foi detectada em 2018 a abertura de uma pista de pouso e de uma estrada vinda da Esec da Terra do Meio. Em agosto de 2020 essa estrada foi finalizada e reativada, interconectando as duas UCs. A Fes do Iriri é fruto da cobiça de ambas as frentes de desmatamento: a que vem de Novo Progresso, na área de influência da BR-163, e a que vem de São Félix do Xingu. Em 2020 foram encontrados 201 imóveis cadastrados no Cadastro Ambiental Rural (CAR) dentro da floresta estadual, correspondendo a 90% do seu território e indicando um esquema de ocupação irregular de terras, por meio do loteamento virtual da UC (Rede Xingu+, 2020a).

V. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho se propôs a analisar os embates entre a fronteira extrativa agrária e a fronteira socioambiental no Sudoeste Paraense, colocando em perspectiva, de um lado, os sucessivos ciclos extrativos sofridos pela região, desde o período colonial e, de outro, a coalizção de diferentes atores e projetos político-institucionais, que forçaram um novo ordenamento do território e possibilitaram, em certa medida, a contenção do avanço da fronteira extrativa agrária na região. Desde o período colonial, cada ciclo extrativo que se sucedia no Sudoeste Paraense provocava um conjunto de rupturas sociais, ecológicas e econômicas que criavam as condições necessárias para o estabelecimento do ciclo extrativo seguinte. Desencadeou-se, assim, os padrões de apropriação da natureza e uso da terra que consolidaram a região como uma fronteira extrativa agrária.

em Jacareacanga e atuado de forma a prejudicar a operação de combate ao garimpo ilegal dentro das terras indígenas Munduruku e Sai Cinza, no Vale do Tapajós. Além de ter ordenado a paralisação temporária da operação, Salles teria solicitado aeronave da FAB para levar para Brasília um grupo de moradores envolvidos com o garimpo nas terras indígenas, a fim de que reunissem com o próprio ministro e outras autoridades do governo federal, tendo em vista a legalização do garimpo em terras indígenas (G1, 2020; Folha, 2021).

²⁵ Em agosto de 2020, veio a falecer, em decorrência das complicações causadas pela Covid-19, o cacique Beptok Kaiapó Xikrin, de 78 anos, líder histórico da aldeia Pyatko, conhecido como o cacique Onça. Se tratou da primeira vítima indígena do novo coronavírus na região do médio Xingu (Galvani, 2020).

Antes que toda a floresta fosse convertida em pastagem, e que os territórios sucumbissem à fúria do garimpo e da extração madeireira, movimentos sociais formados por colonos, ribeirinhos e indígenas, com o apoio da Comissão Pastoral da Terra e do Conselho Indigenista Missionário, passaram a se organizar, reivindicando do Estado a implementação de um novo modelo de desenvolvimento para a região, voltado para a consolidação dos assentamentos e a melhoria das condições de vida das comunidades rurais.

Um novo modelo produtivo passou a ser buscado, tendo em vista a redução dos impactos da agricultura no solo e na biodiversidade. Uma política de ordenamento do território era exigida, de forma a proteger os povos indígenas e comunidades extrativistas e garantir a manutenção das áreas florestadas, frente o avanço da fronteira extrativa. A aliança com as grandes organizações ambientalistas internacionais, tais como Greenpeace, CI, TNC e WWF deu projeção internacional às demandas presentes nos territórios e aumentaram a pressão sobre o governo federal para que fossem criadas áreas protegidas que garantissem a proteção da diversidade biológica e cultural da região.

A instituição das áreas protegidas abriu caminho para que financiamentos de fontes diversas, tais como Banco Mundial, PP-G7, ARPA, Fundo Amazônia, fundações e organizações internacionais, viabilizassem projetos, desenvolvidos nos territórios por atores diversos, voltados para a gestão ambiental e territorial, o desenvolvimento de cadeias produtivas de base florestal, o fortalecimento da organização social e produtiva, e a valorização dos saberes e práticas tradicionais. O Sudoeste Paraense consolida-se, assim, enquanto uma fronteira socioambiental.

A região torna-se então um território em disputa pelos agentes da fronteira extrativa agrária e da fronteira socioambiental. A contradição se dá a partir do momento em que as atividades extrativas avançam, com a convivência e apoio do Estado, sobre as áreas protegidas, criadas pelo próprio Estado, justamente para conter esse avanço. Com a deposição da presidente Dilma Rousseff e a posterior eleição de Jair Bolsonaro à presidência da república, ocorre uma desregulamentação ambiental e agrária e um desmonte dos órgãos de fiscalização, ensejando uma aceleração do avanço de todas as frentes que compõem a fronteira extrativa. Explode o garimpo, o roubo de madeira, a grilagem de terras, bem como o desmatamento associado a essas atividades, no interior das terras indígenas e das unidades de conservação, colocando em risco as populações que vivem nesses territórios e descredibilizando o projeto conservacionista que um dia foi proposto quando essas áreas foram institucionalizadas.

Diante da necessidade de cerrar fileiras contra a aceleração do avanço da fronteira extrativa, a

tendência é que sejam atenuados os tensionamentos existentes no interior da fronteira socioambiental, provocados pelos interesses divergentes dos atores que atuam na escala dos territórios e dos que atuam nas escalas nacional e global. Estabelece-se uma queda de braço entre o avanço contínuo das atividades extrativas sobre os territórios e a defesa das áreas florestadas, independente dos fins almejados para elas. Além do mais, a fronteira socioambiental busca se consolidar não somente como uma resistência ao avanço da fronteira extrativa agrária, mas também como uma proposta alternativa de desenvolvimento para a região, com foco no aproveitamento econômico da biodiversidade e no fortalecimento dos territórios, a partir de uma perspectiva comunitária.

Fica claro o papel do Estado no sentido de definir o modelo de desenvolvimento a ser priorizado e dispor dos instrumentos legais e dos recursos necessários para a sua implementação. A simples entrega da região ao sabor das flutuações da dinâmica da fronteira significará o predomínio definitivo da lógica extrativa, pois é ela que rege a atual fase da economia globalizada.

AGRADECIMENTOS

As pesquisas e os trabalhos de tese no Programa de Doutorado do Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) da Universidade de Brasília (UnB) foram possíveis graças ao apoio do Ministério do Meio Ambiente (MMA) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), Código de Financiamento 001, Brasil.

A orientação da tese no Centro de Desenvolvimento Sustentável (CDS) foi apoiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) com bolsa de pesquisa (bolsa produtividade em pesquisa) para Sérgio Sauer.

REFERENCES RÉFÉRENCES REFERENCIAS

1. BAIA Júnior, Pedro Chaves. *Entre o Ouro e a biodiversidade: garimpos e unidades de conservação na região de Itaituba, Pará, Brasil*. Belém: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido). NAEA-UFGA, 2014.
2. BECKER, Bertha K. *Amazônia: geopolítica na virada do III Milênio*. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.
3. BECKER, Bertha K.; STENNER, Claudio. *Um futuro para a Amazônia*. São Paulo: Oficina dos Textos, 2008.
4. BORRAS Jr, Saturnino M.; FRANCO, Jenny C. 2018. The challenge of locating land-based climate change mitigation and adaptation politics within a social justice perspective: towards an idea of agrarian climate justice. *Third World Quarterly*, v.39, n.7, p. 1308-1325. DOI: 10.1080/01436597.2018.1460592.

5. BUNKER, Stephen. Modes of Extraction, unequal exchange, and the progressive underdevelopment of an extreme periphery: the Brazilian Amazon, 1600-1980. *American Journal of Sociology*, v.89, n.5, p.1017-1064, 1984.
6. _____. *Underdeveloping the Amazon: extraction, unequal exchange and the failure of the modern state*. Chicago: University of Chicago Press, 1988.
7. CAMARGOS, Daniel. 'Dia do Fogo' completa 1 ano sem presos nem indiciados; impunidade incentiva destruição da Amazônia. *Repórter Brasil*, 10/08/20. Disponível em: <https://reporterbrasil.org.br/2020/08/dia-do-fogo-completa-1-ano-sem-presos-nem-indiciados-impunidade-incentiva-destruicao-da-amazonia/>. Acesso em 15/10/2021.
8. CARNEIRO, Taymã. *Conflito entre agentes federais e garimpeiros deixa ao menos dez feridos no Pará*. TV Liberal, G1 PA, 26/05/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2021/05/26/conflito-entre-agentes-federais-e-garimpeiros-deixa-ao-menos-dez-feridos-no-para.ghtml>
9. COSTA, André L. Sousa. *Efetividade da Área de Proteção Ambiental Triunfo do Xingu: desafios de consolidação de uma Unidade de Conservação na região da Terra do Meio, Estado do Pará*. Belém: tese (doutorado em desenvolvimento sustentável do trópico úmido). NAEA-UJFA, 2013.
10. COWIE, Sam. *Desmatamento na bacia do Xingu dispara sob governo Bolsonaro*. Mongabay, 10/06/2021. Disponível em: <https://brasil.mongabay.com/2021/06/desmatamento-na-bacia-do-rio-xingu-dispara-sob-governo-bolsonaro/>. Acesso em 13/09/2021.
11. DE OLHO NOS RURALISTAS. *Bolsonaro promete acabar com o Ministério do Meio Ambiente; Haddad propõe transição ecológica*. De Olho nos Ruralistas, 24/10/2018. Disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2018/10/24/bolsonaro-promete-acabar-com-o-ministerio-do-meio-ambiente-haddad-propoe-transicao-ecologica/>. Acesso em 06/10/2021.
12. DOBLAS, Juan. *Rotas do saque: violações e ameaças à integridade territorial da Terra do Meio (PA)*. São Paulo: ISA – Instituto Socioambiental, 2015.
13. DOMINGUES, Gabriel; SAUER, Sérgio. A grande fronteira: Amazônia e a formação do sistema extrativo agrário global. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v.24, n.3, p.447-458, set./dez/, 2021. DOI: 10.1590/1982-0259.2021.e79713.
14. FERREIRA, Lola. *Como fica a luta por direitos humanos no país do presidente que prometeu acabar com todos os ativismos*. Gênero e Número, 28/10/2018. Disponível em: <https://www.generonumero.media/como-fica-luta-por-direitos-no-pais-do-presidente-que-prometeu-acabar-com-os-ativismos/>. Acesso em 06/10/2021
15. FETAGRI-BAM – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará, Regional Baixo Amazonas et al. *Encontro Regional da produção familiar ao longo da rodovia Cuiabá-Santarém: os desafios para ordenar o território*. Documento final. Itaituba: 12 de dezembro, 2003.
16. FOLHA de São Paulo. *Em reação a operação contra mineração ilegal, garimpeiros incendeiam aldeia de líder indígena no PA*. Folha de São Paulo, 26/05/2021. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/cotidiano/2021/05/em-reacao-a-operacao-contra-mineracao-ilegal-garimpeiros-incendeiam-aldeia-de-lider-indigena-no-pa.shtml>. Acesso em 15/10/2021.
17. FUNAI – Fundação Nacional do Índio. *Terras Indígenas*. Disponível em www.funai.gov.br. Acesso em 25/06/2019.
18. FVPP – Fundação Viver, Produzir e Preservar; FETAGRI/PA – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Pará. *Conferência popular regional: o desenvolvimento do território da Transamazônica e Xingu e Santarém-Cuiabá*. Carta de apoio ao Plano de Desenvolvimento Territorial Integrado e Sustentável do Oeste Paraense. Altamira, 24 de outubro de 2003.
19. _____. *A Fundação Viver, Produzir e Preservar*. FVPP, 28/09/2011. Disponível em: <http://fvpp.blogspot.com/>. Acesso em 21/08/2021.
20. G1. *Avião da FAB é usado para levar garimpeiros ilegais do PA para reunião com ministro Salles em Brasília, diz MPF*. G1, 21/08/2020. Disponível em: <https://g1.globo.com/pa/para/noticia/2020/08/21/avião-da-fab-e-usado-para-levar-garimpeiros-ilegais-do-pa-para-reuniao-com-ministro-salles-em-brasil-diz-mpf.ghtml>. Acesso em 13/09/2021.
21. GALVANI, Giovanna. *Desmatamento aumenta 827% em terra indígena no período da pandemia*. Carta Capital, 02/09/2020. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sustentabilidade/desmatamento-aumenta-827-em-terra-indigena-no-periodo-da-pandemia/>. Acesso em 07/10/2021.
22. GOVERNO DO PARÁ. *Subdivisões*. Disponível em: <https://www.pa.gov.br/pagina/54/subdivisoes>. Acesso em 14/06/2021.
23. GUSSEN, Ana Flávia. *Enquanto Bolsonaro discursava, os Munduruku eram atacados (mais uma vez) pelo garimpo*. Carta Capital, 23/04/2021. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/sociedade/enquanto-bolsonaro-discursava-os-munduruku-eram-atacados-mais-uma-vez-pelo-garimpo/>. Acesso em 13/09/2021.
24. HECHT, Susanna B. Forests lost and found in tropical Latin America: the woodland 'green revolution'. *The Journal of Peasant Studies*, v. 4, n. 5, 2014, p. 877-909. DOI: 10.1080/03066150.2014.917371.

25. ICMBio – Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade. *Plano de manejo da Reserva Biológica Nascentes da Serra do Cachimbo*. Brasília, 2009.
26. _____. *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Riozinho do Anfrísio*. Altamira, 2010a.
27. _____. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Trairão*. Brasília, 2010b
28. _____. *Plano de Manejo da Floresta Nacional de Altamira*. Brasília, 2012.
29. _____. *Plano de Manejo Participativo da Reserva Extrativista Rio Xingu*. Altamira, 2012b.
30. _____. *Plano de Manejo da Estação Ecológica da Terra do Meio*. Brasília, 2015a.
31. _____. *Plano de Manejo do Parque Nacional da Serra do Pardo*. Brasília, 2015b.
32. _____. *Plano de Manejo da Floresta Nacional do Tapajós*. Brasília, 2019.
33. IMAZON – Instituto Homem e Meio Ambiente da Amazônia. *Our History*. Disponível em: <https://amazon.org.br/en/about-us/ourhistory/>. Acesso em 01/09/2021.
34. INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária. *Números da Reforma Agrária*. Disponível em: <http://www.incra.gov.br/pt/numeros-reforma-agraria>. Acesso em 29/09/2020.
35. IPAM – Instituto de Pesquisa Ambiental da Amazônia. *O IPAM*. Disponível em: <https://ipam.org.br/sobre-o-ipam/>. Acesso em 31/01/2022.
36. ISA – Instituto Socioambiental et al. *Desafios e sustentabilidade socioambiental ao longo do eixo Cuiabá-Santarém*. Documento Final do Evento. Sinop: 20 de novembro de 2003.
37. _____. *Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011a.
38. MACHADO, Leandro. *O que se sabe sobre o 'Dia do Fogo', momento-chave das queimadas na Amazônia*. BBC News Brasil, 27/08/2019. Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/meio-ambiente/ultimas-noticias/bbc/2019/08/27/o-que-se-sabe-sobre-o-dia-do-fogo-momento-chave-das-queimadas-na-amazonia.htm>. Acesso em 15/10/2021.
39. MALHEIRO, Bruno; PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter; MICHELOTTI, Fernando. *Horizontes amazônicos: para repensar o Brasil e o mundo*. 1ed. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo; Expressão Popular, 2021.
40. MMA – Ministério do Meio Ambiente. *MacroZee da Amazônia Legal: estratégias de transição para a sustentabilidade*. Brasília: MMA, 2010. Disponível em: <https://antigo.mma.gov.br/gestao-territorial/zoneamento-territorial/macrozee-da-amaz%C3%B4nia-legal.html>. Acesso em 14/06/2021.
41. MDTX – Movimento pelo Desenvolvimento da Transamazônica e do Xingu. *SOS Xingu: um chamamento ao bom senso sobre o represamento de rios na Amazônia*. Altamira: MDTX, 2001a.
42. _____. *A Amazônia chora mais um dos seus defensores nos 30 anos da Transamazônica*. Altamira: MDTX, 2001b.
43. MODELLI, Laís. *Desmatamento por mineração na Amazônia bate recorde em 2021; área devastada até agosto já supera todo o ano de 2020*. G1, 27/08/2021. Disponível em: <https://g1.globo.com/natureza/amazonia/noticia/2021/08/27/desmatamento-por-mineracao-na-amazonia-bate-recorde-em-2021-area-devastada-ate-agosto-ja-supera-todo-o-ano-de-2020.ghtml>. Acesso em 15/10/2021.
44. MPST – Movimento Pela Sobrevivência da Transamazônica. *Grita Transamazônica: asfaltamento já*. Documento Base. Altamira: FETAGRI/PA, Fetagri Regional, Movimentos e Organizações Urbanas, Fundação Viver, Produzir e Preservar e CPT/Xingu, 1999.
45. OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. BR-163 Cuiabá-Santarém: Geopolítica, grilagem, violência e mundialização. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
46. REDE XINGU+. *Uma flecha do Xingu para o mundo, pela #Amazônia*. Disponível em <https://xingumais.org.br>. Acesso em 16/10/2021.
47. _____. *Xingu sob Bolsonaro: análise do desmatamento na bacia do rio Xingu (2018-2020)*. Observatório de Olho no Xingu, 2020a.
48. _____. *Dossiê garimpo no Xingu*. Observatório de Olho no Xingu, 2020b.
49. RIBAS, Felipe. *Na Jovem Pan, Bolsonaro diz que vai entupir a cadeia de bandidos*. Gazeta do Povo, 09/10/2018. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/politica/republica/eleicoes-2018/na-jovem-pan-bolsonaro-diz-que-vai-entupir-a-cadeia-de-bandidos-9cb650w15ct7zat0cknl3di7/>. Acesso em 06/10/2021.
50. SAUER, Sérgio.; CASTRO, Luís F. P. Land and territory: struggles for land and territorial rights in Brazil. In: De SCHUTTER, O.; RAJAGOPAL, B. (eds.). *Property rights from below: commodification of land and the counter-movement*. Londres, Routledge, 2020, p. 113-130.
51. SAUER, Sérgio; MARTINS, Pedro Sérgio Vieira. Cultivo da soja e conflitos por terra na região de Santarém, Pará. In: SOLINGE, Tim Boekhout; SAUER, Sérgio; VÉLEZ-TORRES, Irene; BRINK, Babette Berrocal Vargas-van den. *Terra e direitos em águas turbulentas: conflitos sócio-ambientais no Brasil e na Colômbia*. Utrecht University, 2016, pp.21-38.
52. SCHITTINI, Gilberto de Menezes. *Proteção à natureza e fronteiras: a criação de unidades de*

- conservação no âmbito do plano BR163 sustentável. Brasília: WWF-Brasil, 2010.
53. SOUSA, Cássio Inglez de Sousa. As relações com a sociedade envolvente. In: ISA. *Povos Indígenas no Brasil: 2006-2010*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2011, pp.501-505.
54. TARAVELLA, Romain. *La frontière amazonienne aujourd'hui: projet socio-environnemental de conservation forestière contre dynamique pastorale de déforestation. Une analyse stratégique 2000-2006 de l'action collective em "Terra do Meio" (Pará, Brésil)*. Thèse de doctorat présentée à l'Institut des Sciences ET Industries du Vivant ET de l'Environnement (AgroParis Tech), 2008.
55. TORRES, Maurício. Fronteira, um eco sem fim: considerações sobre a ausência do Estado e exclusão social nos municípios paraenses do eixo da BR-163. In: TORRES, Maurício (Org.). *Amazônia Revelada: os descaminhos ao longo da BR-163*. Brasília: CNPq, 2005.
56. TORRES, Maurício; DOBLAS, Juan; ALARCON, Daniela Fernandes. *"Dono é quem desmata": conexões entre grilagem e desmatamento no sudoeste paraense*. São Paulo: Urutu-branco; Altamira: Instituto Agrônômico da Amazônia, 2017.
57. VILLAS-BÔAS, André. *De olho na bacia do Xingu*. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2012.